

REVISTA DE SEGUROS

• GLOBALIZAÇÃO ENTRE DILEMAS
E LEGADOS DA PANDEMIA

• AGRONEGÓCIO SURPREENDE
COM SALDO FAVORÁVEL

• DOENÇAS MENTAIS AVANÇAM
COM A QUARENTENA



**MARCO LEGAL DO
SANEAMENTO BÁSICO
PODE SER DECISIVO
PARA REDUZIR GRAVES
RISCOS SANITÁRIOS**



49 anos e muita disposição para inovar

A Escola de Negócios e Seguros está fazendo aniversário e tem muitos motivos para comemorar. A primeira Sala do Futuro na América Latina vai revolucionar o ensino em negócios e seguros. A criação do NUV.ENS, um novo espaço de inovação em São Paulo, vai promover maior interação entre os profissionais do mercado. A ampliação do nosso portfólio de cursos a distância está tornando o ensino muito mais eficaz e acessível.

ens.edu.br





04

ENTREVISTA

Relator do novo marco legal do saneamento básico, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirma em entrevista exclusiva que a pandemia expôs a gravidade do problema no Brasil.

18

DOENÇAS DA PANDEMIA

Pesquisa da Associação Brasileira de Psiquiatria apontou um crescimento de 68% no número de novos atendimentos desde fevereiro, quando o País registrou o primeiro caso da doença.



30

INFRAESTRUTURA

O forte impacto da pandemia no setor de construção pesada (que já vinha sofrendo retração nos últimos anos) expôs a necessidade de investimentos urgentes na área de infraestrutura.



09

CRISES SANITÁRIAS

Relatório do GPMB/OMS e Banco Mundial afirma que as ações coletivas são fundamentais para combater crises futuras e que a prevenção é prioritária para a humanidade.

20

HOME OFFICE

Mercado segurador reagiu positivamente ao modelo de trabalho imposto pela pandemia, revelando a importância dos avanços nos processos de comunicação digital das seguradoras.



26

GLOBALIZAÇÃO

A despeito do isolamento imposto pelo medo do surto viral na produção globalizada, a busca coletiva por uma vacina pode ser a semente de um mundo mais cooperativo e solidário.

34

CENÁRIO ECONÔMICO

Governo precisa respeitar os limites do teto de gastos para criar ambiente favorável à reforma tributária e aliviar a carga de impostos do País, considera uma das mais altas do mundo.



38

AGRONEGÓCIO

Alta de quase 10% na agricultura, observada no primeiro quadrimestre, escora o recuo do PIB e leva especialista a projetar aumento na colheita de outras culturas durante a pandemia.

14

ECONOMIA

Fortemente penalizados pela pandemia, alguns setores da economia buscam alternativas para contornar a crise, que foi mais sentida na indústria (67,3%) e no setor de serviços (67,6%).



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araújo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e
Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho, Luciano Snel Corrêa e
Vinícius José de Almeida Alvernaz

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Edson Luís Franco,
Eduard Folch Rue, Francisco Alves de Souza, Gabriela
Susana Ortiz de Rozas, João Francisco Silveira Borges da
Costa, José Adalberto Ferrara, Leonardo Deeke Boguszewski,
Luis Gutiérrez Mateo, Luiz Fernando Butori Reis Santos,
Nilton Molina, Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão e Pedro
Pereira de Freitas

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho,
Marcio Serôa de Araújo Coriolano, Solange Beatriz
Palheiro Mendes e Vera Soares

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Cláudia Mara Alcon dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

Bianca Rocha, Chico Santos, Eliane Lannes, Francisco Luiz
Noel, Gabriel Oliven, Letícia Nunes, Luciana Calaza e
Mário Moreira

FOTOGRAFIA

Agência Brasil, Minfra, arquivo pessoal, arquivo CNseg,
banco de imagens Google e divulgação de empresas

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação
e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP. 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

DISTRIBUIÇÃO

Serviços Gerais/CNseg

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus,
essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



100

anos



Considerada a publicação
especializada em economia
mais antiga do País, a
Revista de Seguros, editada
pela CNseg, completa
100 anos em 2020.

O Centro de Documentação
e Memória do Mercado
Segurador (CEDOM) da
CNseg fez uma homenagem
aqueles que fizeram parte
da história de longevidade
dessa importante publicação.

CONFIRA!



www.cnseg.org.br



A CORRELAÇÃO ENTRE O SANEAMENTO BÁSICO E A PANDEMIA

A aprovação do novo marco regulatório de saneamento básico planeja reescrever a história de milhões de brasileiros que, ainda hoje, convivem sem rede de esgotos ou água tratada em suas residências, desafiando a lógica da equidade social, a saúde e a qualidade de vida. Com a chegada da pandemia e de seus impactos mais vigorosos nas áreas adensadas e sem infraestrutura sanitária adequada, evidencia-se que a higiene se tornou um dos fatores estratégicos para a sobrevivência das pessoas e perenidade dos negócios.

As novas normas prometem, em boa medida, solucionar as consequências advindas dos gargalos no saneamento básico, como mortes precoces e internações hospitalares que poderiam ser evitadas, além de assegurar bem-vindos R\$ 700 bilhões em investimentos em 10 anos e 60 mil empregos a cada bilhão destinado ao tratamento de água e esgoto. Relator do projeto do marco regulatório, o senador Tasso Jereissati faz uma avaliação positiva da matéria aprovada pelo Congresso e sancionada pelo Presidente

Jair Bolsonaro, em entrevista exclusiva à Revista de Seguros. Confira.

O marco regulatório chegou em boa hora, porque os riscos sanitários ameaçam ser mais frequentes e severos nos próximos anos, de acordo com o documento “Um mundo em perigo” (“A world at risk”, em inglês), produzido pelo Conselho Global de Monitoramento da Preparação (GPMB), órgão independente vinculado à Organização Mundial de Saúde (OMS) e ao Banco Mundial. Tema de capa desta edição, a Revista de Seguros revisita o estudo publicado no ano passado e discute os protocolos sugeridos com especialistas de múltiplas disciplinas. Afinal, melhor prevenir do que remediar, sobretudo após o poder devastador demonstrado pela pandemia da Covid-19.

A pandemia, aliás, está presente em nossas reportagens, dado seu poder de colocar de lado diversas atividades econômicas, afetadas pelo isolamento social e pelas medidas restritivas à mobilidade urbana. A exceção foi o agronegócio, que passou quase incólume pela crise econômica provocada pela Covid-19. O Brasil parece se consolidar como celeiro do mundo, com espeta-

cular avanço dos negócios em plena pandemia. No primeiro quadrimestre deste ano, por exemplo, o PIB do agronegócio cresceu 3,8%, em relação a igual período de 2019.

O isolamento e a imobilidade social atingiram também a alma de milhões de pessoas, de acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). Desde a confirmação do primeiro caso da doença, em fevereiro, os novos atendimentos subiram ao menos 68%. A saúde mental dos brasileiros corre risco, com os traumas psíquicos, doenças mentais e desgaste da sociedade como um todo. Veja reportagem na página 18.

Todos querem saber onde vamos parar. No comércio global, o que acontecerá daqui para frente nesse segmento estratégico da economia mundial? No trabalho, a perspectiva de consolidação do *home office* após a trégua da pandemia. Esses assuntos são abordados nesta edição, que proporciona, também, aos leitores conhecer os rumos da reforma tributária, as ações para destravar os investimentos em infraestrutura e o ritmo da recuperação econômica. Boa leitura!

“O SANEAMENTO BÁSICO É A MAIOR CHAGA SOCIAL DO PAÍS”

Agua limpa e esgoto tratado para 90% da população brasileira até 2033. Estas são as bases do novo marco legal do saneamento básico (PL 4.162/2019), sancionado pelo Presidente Jair Bolsonaro no dia 15 de julho. A expectativa do Governo é de investimentos em torno de R\$ 500 a R\$ 700 bilhões em dez anos. O Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), relator do projeto, explica, nesta entrevista exclusiva à Revista de Seguros, por que a situação precária do saneamento básico foi agravada pela pandemia da Covid-19 e como o País se beneficiará com os novos compromissos.

A pandemia influenciou a aprovação do marco legal do saneamento básico no Senado, já que o texto se arrastava há dois anos no Congresso Nacional?

Senador Tasso Jereissati - Sem dúvida, porque a pandemia deixou muito exposta a gravidade do problema. O saneamento básico é a maior chaga social do País. O Congresso Nacional tomou a melhor decisão, com a definição da competição entre empresas pelos contratos de prestação de serviços de saneamento, a exemplo do que aconteceu no País com outros serviços públicos, como no setor elétrico e no de telecomunicações.

Como a questão do saneamento básico impediu o correto enfrentamento do vírus?

Veja o exemplo da intensa propaganda para lavar as mãos como forma de conter o contágio, se boa parte da população não tem água tratada ou água limpa em casa. O País precisa superar essas condições aviltantes em que são

“O País precisa superar essas condições aviltantes em que são mantidos 35 milhões de brasileiros, que não têm acesso à água tratada, e 104 milhões que não têm esgoto coletado e tratado.”



mantidos 35 milhões de brasileiros, que não têm acesso à água tratada, e 104 milhões que não têm esgoto coletado e tratado. No campo da saúde, a falta de saneamento é responsável por 350 mil internações hospitalares ao custo de R\$ 6 bilhões por ano. Estima-se que, a cada bilhão de reais investidos, serão gerados cerca de 60 mil empregos. Saneamento tem efeito multiplicador na saúde, educação, geração de empregos e na qualidade de vida.

Podemos dizer que o marco regulatório tem dois braços principais, que seriam as metas para a universalização do saneamento e uma abertura maior do setor à iniciativa privada?

O novo marco legal tem o objetivo bem claro: universalizar a prestação do serviço de saneamento no Brasil. São metas totalmente viáveis,

dentro do modelo proposto, com concorrência pelos contratos de prestação nos grupos de municípios em que os estados serão divididos. Os estudos apontam que será preciso algo em torno de R\$ 700 bilhões para fazer com que a água tratada e a rede de esgoto cheguem a todos os brasileiros até 2033 e, em casos extraordinários, até 2040. É um grande desafio, mas a iniciativa privada, principalmente, tem como levantar esses recursos no Brasil e no exterior para investir no setor.

A pandemia tem sido, majoritariamente, cruel em comunidades de baixa renda. Haverá benefícios especiais para essas famílias?

A grande meta é beneficiar esses milhões de invisíveis que vivem em condições desumanas. O Brasil do século XXI não pode aceitar condições de sanea-

“A falta de saneamento é responsável por 350 mil internações hospitalares ao custo de R\$ 6 bilhões por ano. Estima-se que, a cada bilhão de reais investidos, serão gerados 60 mil empregos.”



“Os estudos apontam que será preciso cerca de R\$ 700 bilhões para fazer com que a água tratada e a rede de esgoto cheguem a todos os brasileiros até 2033 e, em casos extraordinários, até 2040.”

mento equivalentes àquelas que alguns países europeus já tinham no início do século XX. Nossa expectativa é que, com o novo marco legal, o País tenha condições de saldar essa dívida aviltante. O modelo que adotamos torna possível que municípios pobres ou pequenos participem da mesma unidade regional de municípios mais ricos e maiores. Também deverá ser praticada a tarifa social e, em casos extremos e bem improváveis, até subsídios, de maneira que todas as famílias sejam beneficiadas.

Excetuando-se a pandemia, o que torna mais urgente às mudanças propostas?

O que fizemos agora foi lançar as condições para melhorar substancialmente a vida das pessoas, superar as aviltantes consequências para a saúde, a educação e a renda dos brasileiros. Precisamos deixar no passado as gravíssimas consequências do atual quadro.

O aumento da concorrência será capaz de garantir a melhoria da qualidade dos serviços?

A empresa que ganhar a licitação da concessão terá um contrato a cumprir, com metas claras de qualidade na prestação dos serviços e punições estipuladas. É a Agência Nacional de Águas (ANA) que definirá normas de referências para a qualidade dos serviços. Se não cumprir as metas, a concessionária poderá até perder a concessão.

Por que os investidores ficaram tão animados com a aprovação do marco regulatório? Quais serão os gatilhos financeiros e econômicos? De que ordem?

O contexto é de oportunidade. A inelasticidade da demanda por serviços de saneamento, que têm capacidade de gerar receita mesmo em época de crise, é muito ampla. O fato de que ainda existe um vasto mercado a ser desenvolvido, com 100 milhões de pessoas sem coleta e tratamento de esgotos adequados e 35 milhões sem acesso à água em quantidade e qualidade aceitáveis, além da disponibilidade de dinheiro barato são pontos que tomam o momento muito conveniente para levarmos adiante a introdução do novo marco legal.

Quais serão as formas de parcerias para atingir os objetivos propostos?

O novo marco regulatório aposta na associação entre o público e o privado para garantir a universalização da prestação dos serviços de saneamento. Os controladores das empresas estatais é que terão que decidir sobre privatização ou não. As boas empresas estaduais, eficientes, disputarão e poderão ganhar certames. As PPPs são uma boa opção – e essas parcerias estão garantidas mesmo que governos optem por privatizar suas empresas estatais. Já a associação entre estados e municípios deixará de se constituir como opção porque, como se dá hoje, não há concorrência pela prestação, e a expansão dos serviços fica dependente da capacidade cada vez menor de o estado colocar dinheiro do orçamento público na empresa.

Será, enfim, o fim dos lixões a céu aberto?

Estamos convictos de que demos uma contribuição para deixar os lixões no passado. Nesse sentido, o projeto altera a Política Nacional de Resíduos Sólidos para determinar que a disposição adequada dos rejeitos seja implantada segundo prazos diferentes em razão do tamanho do município – os maiores terão menos prazo e os municípios menores, mais. O fim do prazo, em qualquer caso, será 2 de agosto de 2024.

Qual foi o maior desafio que o senhor enfrentou na relatoria desse estudo?

Foi, certamente, conduzir uma negociação que levasse a bom termo nosso esforço de oferecer ao Brasil um novo marco regulatório, capaz de promover a universalização da prestação dos serviços de saneamento. Desde o início de 2019, discutimos esse tema no Congresso Nacional, a partir da Comissão Mista, composta por deputados e senadores. Foram dezenas de audiências públicas com empregados das empresas estaduais, associações de prestadores de serviços (tanto do campo público quanto do setor privado), especialistas, governadores, representantes do Governo Federal, enfim, com todos os setores envolvidos com o saneamento no País. E, mais recentemente por meio de videoconferência, discutimos a matéria com in-

vestidores que estão dispostos a atuar no setor, a partir do novo marco regulatório. Ao final, os senadores e deputados, em sua grande maioria, compreenderam a urgência da aprovação da matéria para mudar a vida de milhões de brasileiros invisíveis, que não tinham voz nos debates no Parlamento.

O senhor ficou satisfeito com o resultado?

Fomos surpreendidos com 11 vetos do Governo, alguns dos quais eram compromissos assumidos conosco, com os governadores e parte dos senadores. Não há nada relevante para o objetivo principal do projeto, que é a universalização, mas muito relevante para alguns senadores e suas estatais. Isso vai causar um problema enorme político que vamos superar, com certeza. Derrubaremos esse veto (artigo 16) e talvez mais outros que estamos estudando melhor. Foi criada uma crise sem a menor necessidade e, muito menos, sem diálogo. Surpreendeu não somente a mim, mas a todo o Congresso.



“O novo marco aposta na associação entre o público e o privado para garantir a universalização da prestação dos serviços. Os controladores das estatais terão que decidir sobre privatização ou não.”

AÇÕES COLETIVAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA COMBATER CRISES SANITÁRIAS

Relatório “Um mundo em perigo”, do GPMB/OMS e do Banco Mundial, aponta riscos futuros de crises sanitárias graves e enumera as respectivas mitigações.

Nunca a prevenção esteve tão fortemente ligada à prioridade humana. A pandemia de Covid-19, doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, comprova a velha tese: prevenir é sempre melhor do que remediar. Esse alerta está no documento “Um mundo em perigo” (“A world at risk”), produzido pelo Conselho Global de Monitoramento da Preparação (GPMB), lançado no fim do ano passado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Banco Mundial, entre outras instituições de relevante estatura. O documento foca os riscos futuros de crises sanitárias graves e enumera ações para a respectiva mitigação, entre as quais, vigiar, investir e envolver representantes de toda a sociedade no combate, além de governantes.

No rastro do relatório científico, há outras confirmações simples e fundamentais em tempos disruptivos, como o que estamos vivendo. Por exemplo, as ações coletivas são mais assertivas do que as individuais, e a saúde física está diretamente ligada à economia. Especialistas e lideranças ouvidas pela Revista de Seguros acrescentam um apelo: que o legado da pandemia seja a mu-

dança de comportamento em relação a cuidados com o planeta e regras de higiene. Para sempre! Neste contexto, tem destaque a recente aprovação do Marco Legal do Saneamento Básico (PL nº 4.162/2019), que pretende levar água limpa e esgoto tratado para 90% dos lares brasileiros até 2033 (veja entrevista com o Senador Tasso Jereissati, relator do projeto, na pág. 8). A ação, descrita como “um passo histórico para a superação de uma das maiores chagas do Brasil” pelo Presidente da CNseg, o economista Marcio Coriolano, é considerada a correção de uma injustiça social que deixa 104 milhões de pessoas, quase a metade da população, sem acesso a esgoto tratado.

Para Coriolano, se ainda havia algum questionamento sobre a prioridade necessária ao tema, a pandemia não deixa margem para dúvidas. “No que tange ao lixo, 24% dos lares não contam com serviço de coleta e, em quase três mil cidades, os lixões ainda resistem”, destacou ele, referindo-se ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que previa a extinção desses locais em 2014.

“A realidade tem mostrado dados alarmantes, como a falta de condições sanitárias em boa



“A realidade tem mostrado dados alarmantes, como a falta de condições sanitárias em lares e escolas, num momento em que a higiene é um dos principais fatores de contenção do número de casos.”

Marcio Coriolano, CNseg



parte dos lares e escolas do País, num momento em que a higiene é um dos principais fatores de contenção do número de casos”, acrescentou o Presidente da CNseg, ressaltando que a aprovação do Marco Regulatório do Saneamento pelo Senado é uma excelente notícia.

O epidemiologista Eliseu Alves Waldman, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), concorda que a pandemia “chama atenção para a divisão de classes” e faz um contraponto crucial na atual luta: “Nosso País tem um dos mais estruturados atendimentos públicos do mundo, que é o Sistema Único de Saúde (SUS), com boa cobertura, acesso universal e capilaridade.”

O especialista aponta três pilares para enfrentar a pandemia: governança, vigilância e pesquisa/ inovação – todos já existentes, mas, segundo ele, fragilizados. Waldman lembra que o Brasil tem histórico de boas respostas no combate a vírus letais e cita como exemplos a Aids, febre amarela, malária e Zika, cujas epidemias tiveram ações rápidas e positivas. No caso da Covid-19, entretanto, ele lamenta que o Brasil ocupe a vice-liderança no ranking de mortes e atribui o fato à



“Nosso País tem um dos mais estruturados atendimentos públicos do mundo, que é o Sistema Único de Saúde (SUS), com boa cobertura, acesso universal e capilaridade.”

Eliseu Waldman, USP

dissonância entre autoridades de saúde e governantes. “Um aponta para um lado e o outro, para a direção contrária.”

Um desses descompassos teve como base o suposto paradoxo entre saúde e economia. Na análise do estudo “Um mundo em perigo”, esse dilema não existe, pois ambos os campos são dependentes recíprocos. Segundo o documento, pandemias têm potencial para destruir 5% da economia global, além de colapsar a saúde pública.



RISCOS SEVEROS

A Presidente da Comissão de Sustentabilidade e Inovação da CNseg, Fátima Lima, aponta maneiras de se proteger. “As pandemias fazem parte da lista de riscos severos que impactam a sociedade e a economia, levando empresas a repensar suas atividades e a buscar novas formas de atuação. Sobreviverão as corporações resilientes, com capacidade de manter os negócios, a relação com o cliente e a reputação, independentemente das circunstâncias adversas”, afirma.

Fátima alerta que outros riscos de igual importância associados a mudanças climáticas,



“As pandemias integram a lista de riscos que impactam a sociedade e a economia, levando empresas a repensar suas atividades e a buscar novas formas de atuação.”

Fátima Lima, CNseg

desastres naturais e ambientais, além da perda da biodiversidade também estão batendo na porta das empresas. E garante: “Somente aquelas que integram a sustentabilidade em sua estratégia de negócios terão capacidade de enfrentar a crise e sobreviver.”

Na opinião dela, as novas demandas dão mais relevância às seguradoras. “No setor de seguros, cujo negócio é gerenciar e assumir riscos, é cada vez mais importante saber identificar e avaliar os impactos de possíveis ocorrências de forma antecipada, aumentando a resiliência das operações.” A executiva cita o Vice-Presidente de Desenvolvimento Sustentável do CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, Julián Suárez Migliozi, para falar de investimentos em prevenção.

“Segundo ele, é necessário que sejam elaboradas estratégias integrais e modelos de intervenção que permitam abordar a gestão de riscos a partir

de múltiplos níveis de governo, com ênfase especial no âmbito urbano.” Ela explica que é fundamental “financiar projetos e estudos para vacinas, investir em saneamento básico, infraestrutura e obras para prevenção de desastres naturais, como drenagem e contenção de encostas, pois já existem estudos que mostram o avanço do nível do mar e o impacto que os centros urbanos terão com esse aumento.”

Os prognósticos são preocupantes, mas há boas notícias também, como o crescimento da preocupação da indústria brasileira com a sustentabilidade. “E este é um caminho sem volta”, sacramenta a especialista. Na prática, segundo diz, “isso significa que o resultado financeiro tem que estar acompanhado do progresso social, ambiental e econômico. Ou seja, sustentabilidade e negócio devem caminhar lado a lado.” A pandemia da Covid-19 também é analisada pelo viés do consumidor, que exige níveis cada vez mais altos de responsabilidade e transparência por parte das empresas.

Uma polêmica permeia o tema: está na hora de flexibilizar a quarentena e aquecer a economia? Pode ser que sim, desde que as pessoas possam retornar de forma segura às suas atividades. “Não adianta flexibilizar e os governos não garantirem à população condições de acesso seguro ao transporte público, por exemplo, dificultando o controle social e acelerando a pandemia”, argumenta Fátima.



FINANCIAMENTO COLETIVO

O Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), Gustavo Montezano, anunciou uma criativa novidade durante a audiência pública remota na comissão mista criada para debater ações de combate à pandemia no Congresso, em junho. É o projeto de crowdfunding (financiamento coletivo) para comprar insumos, equipamentos etc. para hospitais filantrópicos. O BNDES destina R\$ 100 milhões para a empreitada, que serão distribuídos da seguinte forma: a cada doação da sociedade e empresas, o banco dobra o valor.

Iniciativas como essa estão no escopo do que disse a copresidente do Conselho Global de

Monitoramento da Preparação, a diplomata e médica norueguesa Gro Harlem Brundtland, para quem são necessárias “medidas proativas e estratégias”, além de aumento do financiamento, capazes de enfrentar a pandemia e fortalecer governantes e governados. Também foi anunciado que a instituição está preparada para colocar mais recursos na economia, caso a crise se prolongue. Entre as ações que o Banco desenvolve, está a linha de crédito para empresas e para o setor de saúde. Até que uma vacina seja realidade, o País precisará desse reforço aventa-

do pelo presidente do BNDES. No centro da pandemia, o Ministério da Saúde informou que a prevenção e o preparo para enfrentar ameaças são tratados como prioridade pelo órgão. Para responder às perguntas sobre Covid-19 feitas pela Revista de Seguros, a instituição designou técnicos de áreas distintas, motivo pelo qual as respostas são assinadas em conjunto pela instituição. Sobre surtos e epidemias, o Ministério diz que o Brasil está preparado para o combate à Covid-19. “O País foi o terceiro país do mundo a incorporar as novas recomendações, como a criação de uma unidade operacional para monitorar, junto à OMS, emergências em saúde pública.”

Segundo Gustavo Montezano, Presidente do BNDES, o banco destina R\$ 100 milhões para o combate à pandemia de coronavírus e vai dobrar cada valor doado pela sociedade e as empresas.

“O Brasil foi o terceiro país do mundo a incorporar as novas recomendações, como a criação de uma unidade operacional para monitorar, junto à OMS, emergências em saúde pública.”

Ministério da Saúde

Com a chancela de ser pioneiro na aplicação de diversas vacinas através do Programa Nacional de Imunizações (PNI) e responsável por “um dos maiores programas públicos de imunização do mundo, com distribuição de mais de 300 milhões de doses de imunobiológicos anualmente”, o Brasil fez acordos com laboratórios internacionais que podem resultar em vacinas. Segundo o Ministério da Saúde, no caso de as medicações em testes demonstrarem eficácia, serão adquiridas 100 milhões.” Caberá à instituição definir os detalhes de aplicação para imunização da população.



DOSES DA VACINA

São duas as vacinas contra a Covid-19 sendo testadas no Brasil, ambas consideradas as mais promissoras no mundo, dentre as mais de 200 que estão em processo. A mais avançada em termos de desenvolvimento, segundo a OMS, é a vacina que está sendo desenvolvida pela Universidade de Oxford, do Reino Unido, em parceria com o grupo biofarmacêutico global AstraZeneca, que está na fase 3, de testes clínicos em humanos, por meio da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Uma resposta espetacular foi anunciada recentemente: os testes das primeiras fases conseguiram identificar a geração de anticorpos e células-T contra o coronavírus – o que significa que é segura e induziu resposta imune. A unidade BioManguinhos, braço da Fiocruz para a fabricação de vacinas e medicamentos biológicos ((biofármacos), poderá começar a produzir ainda este ano 30,4 milhões de doses da vacina.

Também cercada de expectativas positivas, a vacina da farmacêutica chinesa Sinovac Biotech, batizada de CoronaVac, na China, tem os testes a cargo do Instituto Butantan, em São Paulo. O Diretor da instituição, Dimas Covas, está confiante: “Acredito que até o fim do ano poderemos iniciar a produção. Não é uma expectativa otimista, é realista.” Segundo ele, o



“Acredito que até o fim do ano poderemos iniciar a produção (da vacina chinesa batizada de CoronaVac, em teste em São Paulo). Não é uma expectativa otimista, é realista.”

Dimas Covas, Butantan

Governo de São Paulo banca o custo de R\$ 85 milhões, para transferência de tecnologia e produção em larga escala.

O pesquisador em saúde pública e virologista do Laboratório de Virologia Molecular (LVM), da Fiocruz, José Júnior França de Barros, afirma que participar das últimas fases de testes das vacinas é um importante passo para o Brasil. “Até então, o País não tinha feito parte de parcerias internacionais (para geração e desenvolvimento de vacinas para a Covid-19). Agora, estamos alinhados a duas gerações de vacinas com biotecnologias de desenvolvimento distintas e expectativas mais promissoras.” A Fiocruz também arca com parte do custo, mesmo que o resultado seja negativo – no total, US\$ 127 milhões, oriundos do Governo Federal.



“Até então, o País não tinha feito parte de parcerias internacionais. Agora, está alinhado a duas gerações de vacinas com biotecnologias de desenvolvimento distintas e expectativas mais promissoras.”

José Júnior França de Barros, Fiocruz

LEGADO DA PANDEMIA DE COVID-19

Com as boas notícias chegando em relação às vacinas, é hora de começar a pensar no legado da Covid-19. O virologista da Fiocruz aponta a mudança de comportamento como uma das principais, e também das mais difíceis. “Precisamos tornar permanente o uso de máscaras em casos de gripe e de outras doenças respiratórias respiratórias infectocontagiosas, de fácil e rápida transmissão, e o de álcool em gel a 70 % na entrada de restaurantes e outros lugares públicos, particularmente os de alta rotatividade de funcionários ou pessoas. Tão simples e tão eficiente para evitar o espalhamento de vírus. Lavar as mãos ao chegar em casa, antes iniciar qualquer outra atividade doméstica, é uma excelente medida de proteção, por que não incorporar?”, questiona José Júnior França de Barros.

É necessário, também, frisa ele, revisar a cultura nas empresas: “Se um funcionário enfermo trabalha de casa, gera menos ônus final, porque não contamina o ambiente ou prejudica a produtividade. Do ponto de vista econômico, é melhor”, acrescenta. “Essa pandemia mostra que este é o momento ideal para estabelecer novos protocolos para evitar doenças, especialmente, as respiratórias. Medidas preventivas devem ser abraçadas por todos ou seguiremos à mercê de outras pandemias que vão ceifar vidas com alto custo econômico”, enfatiza.

A tese da prevenção ganhou força depois que estudos recentes mostraram que partículas menores e mais leves de secreções contaminadas por Covid-19, chamadas de aerossol, podem permanecer em suspensão no ar até por mais ou menos três horas. Ou seja, o risco de contágio pode ser muito maior do que se

pensava e o isolamento e o distanciamento sociais, mais importantes.

Sobre o legado na área empresarial, a Presidente da Comissão de Sustentabilidade e Inovação da CNseg aposta que algumas das mudanças que estão em curso, certamente, ficarão. “O trabalho remoto, a educação a distância, a busca por sustentabilidade e a cobrança, por parte da sociedade, para que as empresas sejam mais responsáveis do ponto de vista social”, elenca Fátima Lima.

Em alinhamento com o relatório do Conselho Global de Monitoramento da Preparação, ela resume: “Agora, mais do que nunca, a solidariedade e a unidade de ação tornaram-se as armas mais eficazes. Com certeza, superaremos essa situação e o faremos com o que melhor nos define: a solidariedade.”

COVID-19

O que é:

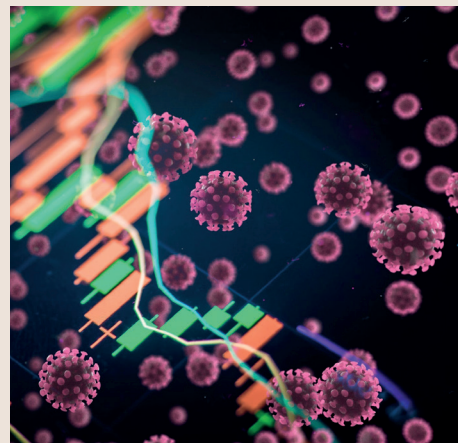
os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado e morcegos. Raramente, os animais infectam pessoas. No fim do ano passado, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2) para um ser humano, em Wuhan, na China, e causou o surgimento da Covid-19.

Alguns sintomas:

sensação febril ou febre associada à dor de garganta, dor de cabeça, tosse, coriza, perda de olfato e de paladar e dificuldade para respirar.

Transmissão:

gotículas de saliva, espirro, tosse ou objetos contaminados.



DOMICÍLIOS COM ESGOTO (2019)

Brasil e Grande Região	Rede geral ou rede pluvial	Fossa séptica ligada à rede	Fossa séptica não ligada à rede	Outro tipo
Brasil	62,7	5,6	19,1	12,6
Norte	19,5	7,9	42,9	29,6
Nordeste	41	6,2	30,7	22,1
Sudeste	86,5	2,4	5,5	5,5
Sul	56,2	12,5	22,9	8,4
Centro-Oeste	54,3	5,7	27,3	12,7

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual - 1ª visita

ÁGUA TRATADA

Norte	57,0%	TOTAL BRASIL
Nordeste	74,2%	
Sudeste	91,0%	83,6%
Sul	56,2	
Centro-Oeste	89,9%	

Fonte:
Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS 2018



INDÚSTRIA E SETOR DE SERVIÇOS LIDERAM PERDAS DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL

A pandemia de Covid-19 vem penalizando fortemente diferentes setores da economia, que buscam alternativas para contornar a crise.

Os danos econômicos provocados pela pandemia de Covid-19 seguem em espiral ascendente no Brasil e no mundo. O impacto, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) foi maior na indústria e no setor de serviços (67,3% e 67,6% das empresas de cada setor, respectivamente, pediram algum auxílio), seguidos do comércio e da construção (40% cada). Depois de recuperar fôlego ano passado, com alta de 1,6% após cinco anos de retração, a construção civil vive um momento de incerteza. O índice de confiança dos empresários do setor, medido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), voltou a crescer, mas, agora em 42,6 pontos, ainda está abaixo da linha divisória considerada ideal, que é de 50 pontos.

Há ainda mais estatísticas positivas, como o Índice de Confiança da Construção (ICST) medido pelo Ibre/FGV, que subiu 9,1 pontos em junho, chegando a 77,1. O indicador marca a recuperação de 43% das perdas desde o início da pandemia. Já o Indica-

dor de Situação Atual (ISA-CST) subiu 4,7 pontos e chegou a 71,5 pontos, após três meses de baixa.

“A construção foi considerada atividade essencial e não parou completamente, mas os novos negócios foram zero em abril. Houve uma melhora sensível em junho, mas ainda estamos distantes do patamar anterior. A demanda está insuficiente e muitos negócios foram adiados. O ciclo que se desenhava ficou mais para frente”, destaca Ana Maria Castelo, Coordenadora de Projetos da Construção da Ibre/FGV.

Mesmo com a pandemia, os financiamentos para imóveis cresceram 23,2% de janeiro a maio, na comparação com o ano anterior, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip). O segmento residencial econômico foi o que apresentou mais resultados positivos, destaca Celso Petrucci, Vice-Presidente da área de Indústria Imobiliária da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC):

“O mercado de Minha Casa, Minha Vida tem sido mais resiliente que os de médio e alto padrão.



“A construção civil foi considerada atividade essencial e não parou completamente, mas os novos negócios foram zero em abril. Em julho, já houve uma melhora sensível.”

Ana Maria Castelo, Ibre/FGV



“O mercado de Minha Casa, Minha Vida tem sido mais resiliente que os de médio e alto padrão. Tudo que ficou represado nos faz esperar um período melhor de agosto a dezembro.”

Celso Petrucci, CBIC

Tudo que ficou represado no primeiro semestre nos faz esperar um período melhor de agosto a dezembro, embora cinco meses não vão cobrir os quatro parados. Em janeiro, estimávamos que o ano seria tão bom quanto 2019, mas agora deve ficar mais parecido com 2018”.

Na área de infraestrutura, Ana Castelo avalia que o cenário também é incerto, ainda que o faturamento das empresas não tenha sido afetado. “A construção pesada vinha crescendo, puxada pelos investimentos privados, com expectativas positivas, em razão da programação de leilões de concessão de ativos do Governo Federal e da aprovação do Marco Regulatório de Saneamento. Mas o segmento tem um ciclo de desenvolvimento longo e esse desarranjo trouxe muita incerteza”, analisa.



CURVA DE CONFIANÇA

O comércio levou o pior tombo da série histórica em abril, quando boa parte do Brasil lidava com

medidas de restrição de circulação. Segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor deixou de faturar cerca de R\$ 240,8 bilhões de março a junho.

Mas nem todos os tipos de comércio foram atingidos da mesma forma. O grupo de hiper e supermercados registrou crescimento, e o de produtos farmacêuticos teve queda menor que a do varejo em geral. Os grupos com maior retração foram: de roupas, livros e jornais. A expectativa é que a abertura gradual dos estabelecimentos comerciais reduza o tamanho das perdas do comércio nos próximos meses, mas as previsões da CNC apontam para uma retração de 6,3% no volume de vendas do varejo em 2020 e de 9,2%, quando incluídas atividades de veículos e materiais de construção.

“Somente a reabertura do comércio não será suficiente para reativar a atividade. Há uma curva de confiança a ser construída. No momento, o consumidor segue com muito medo de gastar”,



“Somente a reabertura do comércio não será suficiente para reativar a atividade. Há uma curva de confiança a ser construída. No momento, o consumidor segue com muito medo de gastar.”

José Antônio do Nascimento Brito, ACRJ



“A indústria do petróleo, que começou o ano com expectativas de retomada dos investimentos em exploração e produção no País, experimenta uma grande frustração.”

Heloísa Esteves, EPE



“Muitos empreendimentos sofrerão modificações, outros deixarão de existir, e será preciso que todos se adaptem ao que está sendo chamado de novo normal.”

Edgar Segato Neto, CNC

diz o Vice-Presidente de Desenvolvimento Estratégico da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), José Antônio do Nascimento Brito. O e-commerce, que já vinha crescendo nos últimos cinco anos, agora veio para ficar: dados da Receita Federal mostram que as vendas nas plataformas eletrônicas cresceram 72% em junho na comparação com o mesmo mês de 2019.



PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

Uma vítima notável da crise, por sua dimensão e importância, é o segmento de energia, notadamente quanto à produção de petróleo. O mercado, que já operava com oferta maior que a demanda e preços decedentes antes da pande-

mia, agora enfrenta talvez o desafio da queda nos consumos de querosene de aviação, etanol hidratado, gasolina e óleo diesel, segundo estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A diretora de Estudos do Petróleo da EPE, Heloísa Esteves, destaca que essa indústria sofreu os efeitos das bruscas mudanças, mas as transformações aceleradas pela crise podem alterar formas de organização social e permitir uma reestruturação de negócios e mercados.

“Publicação recente da FGV Energia prevê queda na demanda mundial de petróleo em 10,8 milhões de barris e queda no preço do Brent em torno de 60%. Assim, a indústria do petróleo, que começou o ano com expectativas de retomada dos investimentos em exploração e produção no País, experimenta uma grande frustração. Apesar

desse contexto, a produção dos cinco primeiros meses de 2020 superou em 13% a do período correspondente em 2019”, informa.

Segundo Heloísa, a maior parte das empresas adotou medidas de postergação de investimentos em capital e redução dos custos operacionais, incluindo a hibernação de ativos que eram menos econômicos e não se sustentavam em um cenário de preços mais baixos. Em relação aos investimentos inicialmente projetados, a América Latina é a região onde foram observados mais anúncios de postergação.

“Vários governos adotaram medidas regulatórias e fiscais para manutenção dos investimentos. No Brasil, a ANP flexibilizou diversas obrigações regulatórias e postergou os prazos contratuais como uma resposta rápida à crise”, afirma a dire-



tora da EPE, destacando que, embora em outros países tenha sido registrado um aumento nos pedidos de falências, no Brasil esse movimento não foi, até o momento, observado.

Em estudo recentemente realizado pela EPE, foram desenhadas três trajetórias para retomada de demanda dos principais combustíveis, considerando diferentes períodos de isolamento social. A trajetória de base indica que, de modo geral, a demanda nacional de derivados deve retornar ao patamar de 2019 no fim de 2021. Em cenários de prolongamento do período de isolamento, a retomada se estenderia até 2022 ou além.

“As empresas de petróleo tendem a ser, no curto prazo, mais seletivas nos projetos petrolíferos, o que faz com que tenhamos que atuar para tor-

nar a nossa indústria mais competitiva. Nos próximos anos, a retomada gradativa da demanda global de petróleo deve promover uma recuperação dos preços internacionais da commodity, o que vai contribuir para a retomada dos investimentos”, finaliza Heloísa.



SERVIÇOS: PERDAS ACUMULADAS

Com o maior peso na composição do PIB do Brasil, o setor de serviços registrou queda de 0,9% em maio, após tombo recorde em abril (dados do IBGE). É a quarta queda mensal consecutiva, com perda acumulada de 19,7%. O recuo foi puxado por atividades como serviços de informação

e comunicação; de profissionais, administrativos e complementares; prestados às famílias; e auxiliares aos transportes e correios.

Um destaque positivo no mês de maio foi o índice das atividades turísticas, que cresceu 6,6% na comparação com abril, recuperando uma parcela da queda acumulada de 68,1%. Mas houve recuo de 65,6% na comparação com o ano passado, pressionado, principalmente, pelo transporte aéreo, restaurantes, hotéis, ônibus de turismo e serviços de bufê.

“Muitos empreendimentos sofrerão modificações, outros deixarão de existir, e será preciso que todos se adaptem ao que está sendo chamado de novo normal”, disse o coordenador da Câmara Brasileira de Serviços da CNC, Edgar Segato Neto, em videoconferência sobre o tema.

CORONAVÍRUS CAUSA ESTRAGOS NA SAÚDE MENTAL DE PARTE DA POPULAÇÃO

Segundo pesquisa feita pela entidade representativa dos psiquiatras, com 400 profissionais de todo o País, o número de atendimentos aumentou 68% de fevereiro para cá.

A eclosão da Covid-19 pegou o mundo de surpresa, colocou as pessoas em isolamento e vem deixando muitas dúvidas sobre o que vai acontecer quando tudo isso passar. Independentemente da condição social, idade, gênero ou raça, uma coisa já é certa: o coronavírus tem causado estragos na saúde mental de uma larga parcela da população. Pesquisa da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) indica que o número de novos atendimentos cresceu 68% de fevereiro para cá, quando o País registrou o primeiro caso da doença.

“Desde março, estamos alertando para as consequências da pandemia na saúde mental da população. A doença trazida pelo novo coronavírus apresenta quatro grandes perigos diante das suas consequências”, afirma o médico psiquiatra Antônio Geraldo da Silva, presidente da ABP e da Associação Psiquiátrica da América Latina.

Silva explica que, em um primeiro momento, a sociedade se deparou com a mortalidade e o adoecimento imediatos à Covid-19, ou seja, o impacto das doenças e óbitos diretamente ligados à doença. Em seguida, se deu conta de como

a restrição de recursos afeta as condições não urgentes, que passam a não ser atendidas em sua totalidade devido ao manejo da Covid. Como terceira onda, o impacto do atendimento interrompido em condições crônicas: por exemplo, pessoas que precisam de acompanhamento médico constante em casos de doenças respiratórias ou cardiovasculares, que passaram a não obter o tratamento necessário.

A quarta onda foi mencionada pela primeira vez em um artigo publicado em 19 de março no Brazilian Journal of Psychiatry. Ela perpassa todas as anteriores e segue em crescimento: são os traumas psíquicos, as doenças mentais e o desgaste da sociedade como um todo, incluindo a crise econômica.

A pesquisa da ABP foi feita com 400 psiquiatras de todo o País, que correspondem a 8% do total de profissionais em atuação. Mesmo assim, não há dúvidas, para os especialistas, de que o resultado reflete a condição geral da saúde mental da população que procurou atendimento na pandemia. Na camada que já fazia terapia antes da Covid-19, os impactos da doença também são significativos.



“Desde março, estamos alertando para as consequências da pandemia na saúde mental da população. A doença trazida pelo novo coronavírus apresenta grandes perigos diante das suas consequências.”

Antônio Geraldo da Silva, ABP

“Identificamos um aumento de até 25% no número de atendimentos, em três possíveis cenários: pacientes que já haviam recebido alta médica e tiveram recidiva dos sintomas; indivíduos que já estavam estáveis em seus tratamentos e tiveram seus sintomas agravados e pessoas que nunca apresentaram sintomas de doenças psiquiátricas e encontraram o gatilho necessário a seu desenvolvimento na pandemia”, observa o presidente da ABP. “Entre os sintomas mais evidentes, o medo de contágio, de contaminar os parentes e as incertezas em relação à situação econômica e ao futuro profissional são alguns dos relatos mais constantes. Também observamos tristeza pela falta de convívio social adequado”, completa.



TEMORES RECORRENTES

O diagnóstico da ABP casa com um levantamento feito pela Área de Inteligência de Mercado do Grupo Abril, em parceria com a consultoria MindMiners. Dos quase 4,7 mil brasileiros que participaram da pesquisa, 54% se disseram extremamente preocupados com a Covid-19. Os entrevistados relataram temores com a superlotação dos hospitais (76%) e com o desemprego, a saúde de amigos e familiares, o corte de salários e a perda de direitos trabalhistas (70%). Um em cada seis consultados associa a palavra “insegurança” à pandemia. Essa onda de medos diversos pôs no noticiário expressões como “síndrome da cabana” ou “fear of going out” (temor de sair de casa, em tradução livre), em referência ao que vem por aí nos próximos meses.

“A “síndrome da cabana” não é uma doença psiquiátrica, caracterizada por sintomas relacionados ao medo ou ansiedade excessiva causada pelo confinamento por grandes períodos. Esses sintomas podem estar associados a alta irritabilidade, estresse e agressividade, entre outros aspectos”, explica Silva, acrescentando que todos esses sintomas estão também associados a alguns quadros psiquiátricos, como transtornos ansiosos e depressão. Ele sugere que, ao perceber algum sinal de alterações significativas em si ou em alguém próximo, a pessoa deve procurar um psiquiatra.



Mesmo sem estatísticas oficiais que apontem aumento no número de suicídios ou de quadros de depressão em decorrência do coronavírus, já há caminhos para fazer algumas comparações. Um dos focos de estudo no mundo todo é a pandemia de Sars (síndrome aguda respiratória grave) que atingiu severamente a China entre 2002 e 2003. Nos meses seguintes, os serviços de saúde chineses registraram aumento de 30% nos casos de depressão, ansiedade e estresse pós-traumático entre os que ficaram de quarentena, segundo estudo recentemente publicado por pesquisadores do King's College London, na revista científica The Lancet.

“Ainda não temos dados que associem a pandemia ao número de óbitos por suicídio. De todo modo, o possível aumento de casos nos preocupa muito. Precisamos agir agora a fim de prevenir essa triste realidade”, afirma o presidente da ABP. Uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe), a pe-

dido da Febraban, em junho, com mil pessoas de todas as regiões, indica que nada será como antes. Na consulta, 46% informaram que vão frequentar menos bares e restaurantes e outros 45% reduzirão as visitas a shoppings. Três em cada dez pretendem comprar mais pela internet e 28% vão usar os serviços de delivery com mais frequência. Para o setor de turismo também sobram más notícias: 37% anunciam que vão viajar menos.

“Precisaremos nos adaptar às modificações trazidas pela Covid-19 nos nossos hábitos sociais. É importante ter em mente que o distanciamento é apenas físico e que podemos continuar estreitando nossos laços sociais de forma virtual”, diz o doutor Antônio Geraldo da Silva, ao comentar o comportamento caloroso do brasileiro. “Em momentos de crise, precisamos emergir. Temos que nos adaptar para seguir em frente”.

MUDANÇAS NA FORMA DE OPERAÇÃO DAS SEGURADORAS VIERAM PARA FICAR

O home office imposto pela pandemia mostrou que o mercado estava preparado para operar de forma remota e garantir a continuidade dos negócios.

Até março, quando o coronavírus desembarcou no Brasil, o movimento de transformação digital e a adoção das tecnologias disruptivas para expandir os negócios e atrair novos consumidores eram temas distantes para o mercado segurador, um desafio que ainda precisava ser superado. Mas a pandemia mostrou que as seguradoras não só estavam preparadas para esse momento, como conseguiram dar continuidade ao negócio de forma efetiva e totalmente remota. A indústria percebeu que não se tratava de futuro e, sim, do presente imediato.

Desde o início do isolamento social, o *home office* passou a fazer parte do cotidiano de quase todos os colaboradores das seguradoras e de toda a cadeia de valor da indústria de seguros. Um fator decisivo para a obtenção desse resultado foram os avanços nos processos de comunicação digital, já adotados e estimulados pelas empresas ao longo dos últimos anos. À distância, as equipes lançaram mão de ferramentas digitais para interagir com colegas, fornecedores e clientes, e as reuniões por meio de videoconferências ganharam uma escala sem precedentes.

“O setor de seguros enfrentou melhor a crise de mobilidade trazida pela pandemia, porque

os avanços tecnológicos nas comunicações já haviam sido implantados na maioria das seguradoras”, destacou o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, em sua participação no webinar “O Desafio do Trabalho Remoto e os Impactos na Cultura Organizacional”, realizado pela Confederação, em agosto.

Os resultados que vêm sendo obtidos com a nova rotina são motivo até de comemoração pelo setor de seguros. As mudanças repentinas foram feitas sem grandes traumas e geraram inesperados ganhos de produtividade, processos de gestão e avanço da digitalização de áreas-chave das companhias. A valorização exacerbada do contato presencial para garantir a continuidade do plano de negócio, antes exigido, foi substituído por meios remotos, sem causar prejuízo aos segurados. E tudo indica que os efeitos dessas transformações no mercado serão duradouros.

Para a presidente da Comissão de Recursos Humanos da CNseg, Patrícia Coimbra, alguns fatores foram determinantes para a implementação bem-sucedida do *home office* nas seguradoras: a cultura organizacional bem estruturada e as políticas que já vinham sendo adotadas antes da pandemia.

“Nem todas as seguradoras tinham aderido a práticas de trabalho remoto antes da pandemia, e as que



“O setor de seguros enfrentou melhor a crise de mobilidade trazida pela pandemia, porque os avanços tecnológicos nas comunicações já haviam sido implantados na maioria das seguradoras.”

Marcio Coriolano, CNseg



já estavam mais familiarizadas com esse processo foram mais ágeis na implementação do *home office*. De um modo geral, todas conseguiram implementar uma política efetiva de gestão de pessoas nesse período. O mercado cuidou muito bem de seus stakeholders e se fortaleceu nesse período”, ressalta.



RETORNO GRADUAL

Patrícia explica que, nestes cinco meses de trabalho remoto, as seguradoras têm enfrentado alguns desafios. No início da pandemia, os esforços estavam concentrados em garantir que todos os colaboradores pudessem trabalhar em segurança, operando bem suas funções. Num segundo momento, já em meio à flexibilização da quarentena, as empresas optaram por adiar a volta aos escritórios, priorizando a saúde e o bem-estar das equipes. A tendência agora é que o retorno ocorra em etapas. “Nosso setor é considerado serviço essencial, então, teoricamente poderíamos voltar ao tra-

balho presencial. Mas as companhias decidiram adiar esse momento, permitindo que apenas um pequeno contingente retornasse às suas atividades de forma presencial. Foram justamente as atividades que dependem, por exemplo, de documentação extensa ou de tecnologia complexa para continuar operando”, informa.

Na avaliação da executiva, no entanto, o momento mais complexo ainda está por vir. O pós-pandemia vai exigir das empresas uma avaliação profunda sobre os rituais de gestão aplicados durante esses meses e a definição do que poderá ser aproveitado ou não num eventual novo modelo de operação provavelmente mais híbrido, equilibrando trabalho remoto e presencial.

O que se aprendeu nesse período em termos de tecnologia digital? Quais cargos operam melhor remotamente e quais exigem presença física? As respostas para essas perguntas vão guiar as estratégias das empresas, permitindo a construção de um novo modelo de atuação com a participação de todos os interessados no processo. Conhecer as preferências

e experiências dos colaboradores no trabalho remoto é imprescindível para avançar nesse processo, opina a presidente da Comissão de RH.

“O mercado tornou-se mais digital, o que é irreversível. As pessoas de alguma forma experimentaram isso e viram que tudo continuou funcionando bem. As empresas que não conseguirem se adaptar a esse novo cenário vão perder talentos. Estamos vivenciando um novo padrão de operação tanto dos clientes, que esperam mais tecnologia digital, quanto dos funcionários, que também querem mais tecnologia e flexibilidade”, disse ela no webinar “O Desafio do Trabalho Remoto e os Impactos na Cultura Organizacional”, realizado pela CNseg, em agosto.



AVANÇO DIGITAL

As seguradoras tiveram que rever ações e se adaptar à nova realidade de consumo que se impôs na pandemia. Simplificação dos processos de contratação

de seguros, utilizando a tecnologia como principal aliada; condições diferenciadas nas formas de pagamento; processo de renovação simplificada e automática de apólices na data de vencimento; e manutenção de valores na renovação ou concessão de descontos foram algumas das práticas que se tornaram comuns no setor nos últimos meses.

Mas o que chamou a atenção também nesse período foi a rápida modernização de áreas-chaves das companhias. O presidente da Comissão de Inteligência de Mercado da CNseg, Alex Conrado Korner, diz que o mercado segurador caminhava para a digitalização de uma forma natural, mas a pandemia acelerou (e muito) alguns processos. Ele cita como exemplo a oferta inédita de vistorias online prévias e para a regulação de sinistro, com a possibilidade de envio de fotos e vídeos do bem a ser segurado – iniciativa que, segundo ele, deverá se manter mesmo após o fim da crise sanitária, porque facilita a vida dos clientes.

Na esteira da digitalização, a FenaCap, por exemplo, passou a realizar sorteios online temporariamente como forma de garantir a continuidade na distribuição de prêmios, além de implementar vendas online de títulos de capitalização. Muitas seguradoras também lançaram mão de cursos digitais gratuitos para manter o treinamento de corretores. A tecnologia e as ferramentas postas pelas seguradoras à disposição dos corretores foram cruciais para manter os profissionais operando em *home office* e vendendo seguros, lembra Korner.

O executivo diz que a implementação de tecnologias e a modernização de processos e serviços foram essenciais para que o setor mantivesse o relacionamento com seus clientes. Nesse contexto, novos produtos surgiram para dar conta das necessidades impostas pela pandemia, como o seguro de acidentes pessoais para entregadores de aplicativos.

“Não tenho dúvida de que as tendências para o setor caminham em direção à implementação de novos modelos operacionais, mais automatizados e digitais. Nesse pacote entram com mais força a compra e venda online de seguros e o uso de algoritmos na gestão de riscos. Além disso, não podemos nos esquecer do aprimoramento do atendimento virtual aos clientes e a ampliação dos canais de distribuições com foco no digital”, ressalta Korner.



“As tendências para o setor caminham em direção à implementação de novos modelos operacionais automatizados e digitais. Nesse pacote, entram as vendas de seguros online.”

Alex Conrado Korner, CNseg



“De um modo geral, todas as seguradoras conseguiram implementar uma política efetiva de gestão de pessoas nesse período. O mercado cuidou bem de seus stakeholders e se fortaleceu.”

Patrícia Coimbra, CNseg



SOB A ÓTICA DAS QUESTÕES TRABALHISTAS

A pandemia levou as pessoas a trabalharem em *home office* praticamente do dia para noite, sem muito tempo para acertar as questões jurídicas relacionadas ao teletrabalho. A modalidade é regida pela Lei 13.467/2017, que estabelece algumas normas, entre elas, a necessidade de se constar expressamente no contrato individual de trabalho as atividades remotas que serão realizadas pelo empregado.

Com a urgência e a necessidade de isolamento social, o Governo editou em março a Medida Provisória 927, que flexibilizava essa lei, permitindo que os empregados fossem colocados em regime de teletrabalho sem a necessidade de aceitação expressa por

parte deles. O problema, porém, começou quando o Senado não votou a tempo a validade da MP, fazendo com que caducasse em 19 de julho, gerando insegurança jurídica para os empregadores.

Em palestra no webinar “O Desafio do Trabalho Remoto e os Impactos na Cultura Organizacional”, realizado pela CNseg, a desembargadora aposentada Vólia Bomfim aconselha que os colaboradores sejam agora colocados em regime de teletrabalho de acordo com as definições da Lei 13.467, que prevê a assinatura de um acordo bilateral. Pelo documento, o funcionário em *home office* fica ciente de que não terá mais direito a horas extras, adicional noturno, tempo mínimo entre as jornadas e controle de folha de ponto, entre outros. O Decreto-

-Lei 5.452/1943, que rege a Consolidação das Leis Trabalhistas, determina esses direitos para o trabalhador presencial, mas exclui os que estão em teletrabalho.

Se o empregado não quiser trabalhar remotamente, a empresa deverá providenciar sua volta ao modelo presencial. “Nesse caso, é preciso oferecer as condições ambientais adequadas para recebê-lo, para evitar que possa ser contaminado por conta de seu retorno”, explica Vólia.

A especialista afirma também que o empregador deve oferecer aos funcionários em *home office* orientações relacionadas à medicina e à segurança do trabalho. As instruções variam de acordo com a função do colaborador.

Segundo Vólia, essas orientações devem ser feitas de maneira ostensiva pela empresa. “Colher assinatura do empregado, mesmo que digital, comprovando que o funcionário acessou e assistiu aos vídeos de orientação também é aconselhável”, recomenda.

Em relação ao trabalho misto, exercido 50% em casa e 50% na empresa, a interpretação mais comum é de que o modelo não se enquadra como teletrabalho, visto que não é “preponderantemente” feito em casa e, portanto, o empregador deveria, pelo menos, controlar os dias em que o empregado esteve na empresa. “Não duvido que juízes e fiscais entendam que o empregador também deveria fiscalizar o trabalho de casa, pois ou ele é teletrabalhador ou não é”, afirmou.

Para a consultora Betania Tanure, outra palestrante do webinar da CNseg, sócia-fundadora da empresa que leva seu nome, o *home office* é apenas a “ponta de um iceberg”, em meio a tantas questões que envolvem o momento atual. Sua tese é de que a crise atual, não é apenas sanitária e econômica, é antropológica. “O mundo está passando por mudanças profundas no modo de



“O mundo está passando por mudanças profundas no modo de viver, trabalhar e consumir. Os líderes precisam enxergar essas transformações e o impacto que tudo isso tem nos modelos de negócio e de gestão, nas expectativas e nas competências das pessoas.”

Betania Tanure, consultora



“Nesse caso (trabalho remoto e presencial), é preciso oferecer as condições ambientais adequadas para recebê-lo, para evitar que possa ser contaminado por conta de seu retorno.”

Vólia Bomfim, advogada e desembargadora

viver, trabalhar e consumir. Os líderes das empresas devem enxergar essas transformações e o impacto que tudo isso tem nos modelos de negócio e de gestão, nas expectativas e nas competências das pessoas.”

Para ela, os mecanismos de consolidação da cultura organizacional nas empresas terão que ser ajustados. “É um desafio, uma vez que o modelo de atuação antigo ainda não morreu, e o novo está por nascer”, concluiu.



ALGUNS SEGMENTOS DA ECONOMIA TIVERAM QUE SE REINVENTAR

Não é só o setor de seguros que vem passando por uma transformação inédita e rápida nessa pandemia. Praticamente todas as atividades da economia sentiram o baque da quarentena e fizeram da tecnologia a grande aliada nesses tempos.

O setor de serviços, que apresentou tombo de 11,7% entre março e abril deste ano – o mais intenso da série histórica –, segundo o IBGE, teve que se reinventar nas plataformas digitais. Em meio à queda brusca nas vendas, as empresas, principalmente as de médio e pequeno portes, lançaram mão do e-commerce e das redes sociais para continuar faturando. A economista da Confederação Nacional do Comércio, Izis Janote, confirma que as ferramentas digitais se mostraram fundamentais para frear as perdas no varejo.

“O comércio sempre foi muito dependente do fluxo de pessoas nas ruas e esse fluxo foi interrompido de repente. Então, natural que as perdas tenham acontecido. Mas as transformações digitais provocadas em parte por essas perdas deverão se manter e até se acelerar nos próximos anos, tanto na experiência de venda dos comerciantes quanto na dos consumidores, que estão cada vez mais seguros em comprar online”, afirma Izis.

O aumento das vendas online foi registrado nas estatísticas da Receita Federal. Entre junho deste ano e junho de 2019, o crescimento na emissão de notas fiscais eletrônicas foi de 73%. No período de isolamento mais rígido, de

março a junho, houve um crescimento de 35% das NFs emitidas. “Algumas atividades passaram a ser feitas apenas pelo digital, uma das mais emblemáticas nesse período foi a telemedicina, que foi ampliada a partir da Lei 13.989/2020, publicada em abril deste ano”, lembra a economista.

Janote cita também os números gerais do IBGE relacionados ao trabalho remoto no Brasil durante a pandemia. Dos 87 milhões de trabalhadores ocupados no País, 10% deles (8,7 milhões) passaram a trabalhar em *home office*. Empresas, como a Petrobras e o Metrô de São Paulo, já anunciaram que vão manter em casa parte do quadro funcional mesmo após o fim da pandemia. A justificativa gira em torno da experiência bem-sucedida dessas companhias em relação à redução de custos e ganhos de produtividade com parte do quadro funcional em casa.

O gerente-geral de Competitividade da Firjan, Luis Augusto Azevedo, ressalta que a indústria fluminense conseguiu avançar 10 anos em três meses em relação ao uso de tecnologias para a execução do trabalho remoto. Para o retorno das atividades, no entanto, a Firjan elaborou um guia de orientações voltado especificamente para as atividades industriais, que leva em conta a adequação do ambiente de trabalho e o ciclo de cuidados com as pessoas.

“Indiscutivelmente, o retorno não será como antes, pois as empresas terão que conviver com novos procedimentos e rotinas de trabalho. O objetivo do documento é orientar o empresário para o retorno seguro dos empregados e da produção”, explicou Azevedo.



“O comércio sempre foi muito dependente do fluxo de pessoas nas ruas, e isso foi interrompido de repente. Mas as transformações digitais deverão se manter e até se acelerar nos próximos anos.”

Izis Janote, CNC



“O retorno não será como antes, pois as empresas terão que conviver com novos procedimentos e rotinas. A Firjan quer orientar o empresário para o retorno seguro dos empregados e da produção.”

Luis Augusto Azevedo, Firjan

UM MUNDO SERÁ MAIS UNIDO E SOLIDÁRIO NO PÓS-PANDEMLA?

A Covid-19 alimenta novas posturas no tabuleiro geopolítico internacional, assim como ocorreu com as duas grandes guerras mundiais do século passado.

A presença ainda sem antídoto no horizonte próximo para o novo coronavírus turva o debate sobre os rumos da economia global na retomada e no ciclo pós-pandemia. Mas, paralelamente aos impulsos isolacionistas provocados pelo medo de que a produção globalizada seja um condutor natural dos surtos virais, cresce a esperança de que a busca coletiva por soluções contra a Covid-19 seja o germe de um mundo mais cooperativo.

Em artigo publicado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e pela Fundação Konrad Adenauer Stiftung, a socióloga Anna Jaguaribe, Conselheira do Cebri, avalia a possibilidade de que o momento de ruptura representado pela pandemia alimente novas posturas no tabuleiro geopolítico internacional, assim como ocorreu em outros momentos dramáticos da história da humanidade, como as duas grandes guerras do século passado.

“A Covid-19 tem suscitado um renascer de solidariedade social e de práticas alternativas de sociabilidade. Não parece provável que essas experiências sejam esquecidas, pois têm seu valor simbólico”, conclui o texto, após análise

detalhada das relações e da economia internacional neste momento.

Ainda que reconhecendo o quanto difícil será a materialização das suas expectativas, a pesquisadora avalia: “A contaminação de milhões de pessoas, a paralisa do comércio e das atividades produtivas e a quarentena de dois terços da humanidade por meses são custos humanos e sociais não facilmente esquecidos”.



IDEIAS ISOLACIONISTAS

Essa paralisa econômica e os esforços que cada país ou bloco econômico terá que fazer para superá-la levaram os economistas de mais de uma tendência ouvidos nesta reportagem a mesclarem expectativas de entendimento com a não desprezível possibilidade de que se fortaleçam ideias isolacionistas desenvolvidas a partir da crise econômica de 2008.

Independentemente da receita para a saída, o tombo esperado rivaliza com a grande recessão de 1929. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta para



“A contaminação de milhões de pessoas, a paralisa do comércio e das atividades produtivas e a quarentena de dois terços da humanidade por meses são custos humanos e sociais não facilmente esquecidos”.

Anna Jaguaribe, Cebri



este ano queda da economia global de 6%, caso não ocorra uma segunda onda da Covid-19. Com a reincidência, o baque pode chegar a 7,6%.

Para o Brasil, a projeção varia de 7,4% no primeiro cenário e de 9,1% no segundo. Em ambas as hipóteses, a queda seria maior do que os 7% da recessão de 2015 e 2016 em conjunto. Os analistas do mercado doméstico consultados pelo Banco Central (BC) na Pesquisa Focus estimavam na terceira semana de julho uma queda este ano de 5,95%.

No tabuleiro global, a disputa comercial e hegemônica entre Estados Unidos e China terá papel decisivo nas relações e na economia que vão emergir. Espera-se também que a União Europeia saia fortalecida, prevalecendo o espírito cooperativo perseguido por seus principais líderes. Do Brasil, os especialistas esperam também pragmatismo no contexto internacional para se esquivar dos perigos do alinhamento automático. No cenário doméstico, as receitas vão da retomada das reformas estruturantes, para readquirir a con-

fiança dos investidores, até a um ciclo de investimentos públicos, preferencialmente em obras de infraestrutura, para impulsionar a retomada do crescimento, ao menos enquanto persistir a desconfiança dos capitais privados.



MAIS PRAGMATISMO

Para o economista Livio Ribeiro, Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), o debate sobre os efeitos e a saída para a crise da Covid-19 é um elemento novo dentro de uma disputa maior, de caráter sobretudo geopolítico, entre Estados Unidos e China pela hegemonia global e que não deve arranhar o modo de produção globalizado que se instalou há mais de três décadas na economia mundial.

O economista da FGV percebe o lado chinês na dianteira, comandando uma concertação asiáti-

ca e pan-pacífica e ocupando espaços deixados pelos Estados Unidos em outras regiões como África, parte da América Latina, e pelo fim da União Soviética no Leste Europeu. Essa dianteira estaria inclusive representada na disputa pela primazia da vacina contra o coronavírus.

A União Europeia, segundo Ribeiro, “com um conceito de livre mercado muito claro”, sob a liderança da Alemanha, viria em uma rota mais pragmática de contraposição ao expansionismo chinês em um tabuleiro que conta com outros elementos menos ativos, como o Japão. Na Ásia, mais pelo poder militar do que econômico, a Índia seria o maior obstáculo aos planos chineses.

“A posição correta para o Brasil é não cerrar fileiras com nenhum dos lados e usar o tamanho da sua economia para impor uma trajetória independente, com mais pragmatismo e menos ideologia”, analisa o economista. Do ponto de vista da economia doméstica, o pesquisador vê o País mais endividado, com pouco espaço para fazer inves-



“A posição correta para o Brasil é não cerrar fileiras com nenhum dos lados e usar o tamanho da sua economia para impor uma trajetória independente, com mais pragmatismo e menos ideologia.”

Lívio Ribeiro, FGV/Ibre



“O perfil de exportador de commodities facilitaria esse distanciamento da disputa entre as potências e abriria espaço para o Brasil se concentrar na arrumação da própria casa.”

Fernando R. Leite Neto, Insper



“O investimento público precisa ficar restrito aos espaços que não atraem a iniciativa privada. O Brasil já tentou comandar o crescimento com recursos públicos, sem sucesso.”

José Ronaldo C. S. Júnior, Ipea

timento público e com a casa mal-arrumada para atrair capital privado externo, ainda que o recém-promulgado Marco Regulatório do Saneamento Básico possa ser uma janela para essa atração.



CADEIAS REGIONALIZADAS

Fernando Ribeiro Leite Neto, economista e Professor do Insper, tem uma visão diferente. Para ele, no pós-pandemia, que poderá ser de crescimento rápido em um cenário com vacina, a China perderá espaço na sua condição de “fábrica do mundo”, conquistada ao longo das últimas décadas, porque a globalização não vai acabar, mas tende a se concentrar em cadeias mais regionalizadas.

As democracias ocidentais manteriam a hegemonia global, comandadas pelos Estados Unidos e líderes europeus. Nesse cenário, Leite Neto considera secundário o “Brexit” do Reino Unido, ressaltando que o país optou por se libertar das amarras do tratado da União Europeia, mas “não saiu da Europa” – segue conectado aos principais interesses da região.

Em relação ao posicionamento brasileiro nesse xadrez global, o professor do Insper se alinha com a defesa de que o País resgate seu histórico de multilateralismo, ainda que alinhado aos valores ocidentais. “O perfil de exportador de commodities facilitaria esse distanciamento da disputa entre as potências e abriria espaço

para o Brasil se concentrar na arrumação da própria casa.”

Essa arrumação teria como pontos prioritários a retomada da agenda de reformas, como a tributária, a sinalização de algum controle fiscal que permita a visualização de que a convergência da relação dívida x PIB está sendo perseguida e uma abertura gradual, clara e definida do comércio internacional. Investimento público, sim, em infraestrutura, mas como paliativo à falta de apetite privado em alguns locais.

O Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, José Ronaldo de Castro Souza Júnior, tem pensamento parecido com o de Leite Neto, com a visão de quem está dentro do Go-

verno. “O investimento público precisa ficar restrito aos espaços que não atraem a iniciativa privada. O Brasil já tentou comandar o crescimento com recursos públicos, sem sucesso”, ressalta.

Souza Júnior lamentou que a pandemia tenha alcançado o País quando a casa ainda estava sendo arrumada, especialmente do ponto de vista fiscal. Com a pandemia, foram necessários gastos extraordinários, via auxílio emergencial e linhas de crédito, provendo liquidez para as famílias e as empresas. “No pós-pandemia, o País precisa retomar esse esforço fiscal e a agenda de reformas, de olho na atração de investimentos e na trajetória de convergência dívida x PIB, que ficou momentaneamente em segundo plano”, afirma.



BOM-SENSE E CONSENSO

O economista Fábio Terra, Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e Presidente da Associação Keynesiana Brasileira, avalia que o Brasil não sairá da crise se insistir em deixar o papel de retomada dos investimentos exclusivamente para o setor privado. “O País vai precisar se convencer que o Estado tem que ajudar o setor privado [a investir]”, ponderou.

Terra faz um chamamento ao “bom-senso e consenso” para lidar com os problemas brasileiros, deixando um pouco de lado as teorias estabelecidas de ortodoxia e heterodoxia econômica, para que o País possa reencontrar o caminho do crescimento. “Esse caminho (do crescimento) passa por arrefecer o foco na política fiscal de modo a ampliar a dívida de forma produtiva, por meio de investimentos geradores de crescimento econômico”, comentou. Para o professor, sem retomar os investimentos em produção industrial, a economia brasileira não será capaz de gerar valor na intensidade necessária ao tamanho dos seus desafios. “No Brasil, a indústria de transformação está em um patamar de geração de valor dos anos 1950”, lamentou, afirmando que o País precisa encontrar segmentos, como o de biotecnologia, capazes de dar o salto tecnológico alcançado pelo agronegócio.

Do ponto de vista internacional, Terra vê a China e a Alemanha mais bem posicionadas para liderar uma retomada do crescimento, entendendo que a atual posição isolacionista dos Estados Unidos

pode até gerar frutos no curto prazo, mas, em um horizonte mais longo, traz perda de dinâmica e de espaço no comércio global.



MERCADO SEGURADOR

O mercado segurador, assim como os analistas, ainda vive a perplexidade da pandemia e a expectativa dos desafios que virão. Mas, neste contexto, o Presidente da Global Federation Insurance of Associations (GFIA), Recaredo Arias, se alinha às expectativas de emergência de um mundo mais solidário.

“Os países precisam colaborar mais estreitamente e trocar as lições aprendidas sobre como aumentar sua resiliência, particularmente para



“Esse caminho (do crescimento) passa por arrefecer o foco na política fiscal de modo a ampliar a dívida de forma produtiva, por meio de investimentos geradores de crescimento econômico.”

Fábio Terra, UFABC

desafios de natureza global”, defendeu, após admitir que alguns países, a partir da experiência de isolamento durante a pandemia, podem concluir que o caminho certo é o isolamento, inclusive comercial. “Essa seria uma conclusão errada a ser extraída dos eventos recentes”, argumentou.

Arias disse que as experiências vividas pelas empresas durante a pandemia sinalizam para a possibilidade de que novas formas de trabalho, como os eventos online e o *home office* poderão fazer parte mais intensamente do “novo normal” que sucederá a pandemia, situação que colocará em evidência determinados produtos do mercado segurador, como o Seguro Cibernético. Para o executivo, as companhias de seguros só terão uma alternativa para prosperar no cenário desafiador que se desenha à frente: inovar.



“Os países precisam colaborar mais estreitamente e trocar as lições aprendidas sobre como aumentar sua resiliência, particularmente para desafios de natureza global.”

Recaredo Arias, GFIA

COM MUITOS GARGALOS A SUPERAR, INFRAESTRUTURA PRECISA DE MAIS INVESTIMENTOS

Para a entidade que representa as empresas de construção pesada, a pandemia trouxe impactos ainda mais significativos para o setor que já vinha sofrendo retração nos últimos anos.

Os investimentos do Governo em infraestrutura estão num patamar muito abaixo do necessário para que o Brasil supere os gargalos existentes no setor e tenha condições de tornar sua economia mais produtiva e competitiva. A avaliação é do Sindicato da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) e de uma especialista em infraestrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV). No início de julho, o Ministério da Infraestrutura anunciou a entrega de 39 obras no primeiro semestre, totalizando R\$ 3,5 bilhões em investimentos. Na videoconferência em que apresentou os resultados, o Ministro Tarcísio Freitas destacou, como principais realizações de sua pasta no período, as melhorias rodoviárias (126,9 km de duplicações, 88,5 km de pavimentações e 110,6 km de restaurações, num total de 326 km), a nova sala de embarque do aeroporto de Navegantes (SC), a reforma e ampliação do terminal de passageiros do aeroporto de Foz do Iguaçu (PR), a ampliação do terminal de contêineres do Porto de Salvador e um novo terminal portuário de pequeno porte em Parintins (AM), entre outras obras de menor porte.

Para a Diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV, Joisa Dutra, o valor despendido até agora é muito inferior aos R\$ 15 bilhões investidos em 2015 somente em saneamento básico. De acordo com ela, apenas para manter a infraestrutura já existente, o País deveria aplicar pelo menos 3% do Produto Interno Bruto (PIB), que em 2019 foi de cerca de R\$ 7 trilhões. Dessa forma, o investimento anual, calcula ela, deveria ser de, no mínimo, R\$ 210 bilhões, ou R\$ 105 bilhões por semestre – 30 vezes o que foi investido de janeiro a junho. “Nos últimos três ou quatro anos, foi estabelecido no País um limite de investimento de 2% do PIB, o que é pouquíssimo. Há pesquisadores que já apontam a necessidade de 4%, ou seja, nosso gap está aumentando”, alerta.

REFORMAS ESTRUTURANTES

Para o Presidente do Sinicon, Alexandre Tostes, o atual volume de investimentos é insuficiente, já que “os gargalos são enormes”, com demanda por obras em todos os setores. “A política de reformas estruturantes e compromisso fiscal



“Nos últimos três ou quatro anos, foi estabelecido no País um limite de investimento de 2% do PIB, o que é pouquíssimo. Há pesquisadores que já apontam a necessidade de 4%, ou seja, nosso gap está aumentando.”

Joisa Dutra, da FGV



“As empresas da construção pesada ainda sofrem com a escassez de linhas de crédito e com a falta de acesso a seguros de garantia, o que coloca em risco a sobrevivência de um setor que gera mais de 2 milhões de empregos por ano.”

Alexandre Tostes, Sinicon

são de suma importância. Mas os investimentos públicos e privados em projetos de infraestrutura nos últimos anos não ultrapassaram 2% do PIB”, afirmou, acrescentando que o ideal é que esse percentual chegue a patamares superiores a 4%, como ocorre em outros países em desenvolvimento, para que o Brasil avance na superação dos gargalos existentes, aumentando competitividade e produtividade.

Tostes aponta dificuldades normativas na agenda de concessões de infraestrutura como um forte entrave ao setor. Segundo ele, das 12 concessões aeroportuárias realizadas em 2019, até hoje não houve uma obra efetivamente iniciada em grande medida, em razão da burocracia estatal. “As empresas da construção pesada ainda sofrem com a escassez de linhas de crédito e com a falta de acesso a seguros de garantia, o que coloca em

risco a sobrevivência de um setor que gera mais de 2 milhões de empregos por ano.”

Segundo o executivo, a pandemia do novo coronavírus trouxe impactos ainda mais significativos para o setor da construção pesada, que já vinha sofrendo uma retração de investimentos nos últimos anos. “Não tanto pelo andamento das obras, uma vez que o setor se adaptou rapidamente, mas pelo refreamento dos investimentos, tanto públicos quanto privados.” Ele estima que o resultado do setor ao final deste ano deva ser negativo, em razão da interrupção de investimentos por causa das perdas econômicas e das incertezas trazidas pela pandemia.

Na videoconferência, o Ministro Tarcísio Freitas disse que o Governo continuou entregando obras e estruturando projetos mesmo em meio à crise sanitária. “Talvez essa tenha sido uma das



“Talvez essa tenha sido uma das grandes vitórias deste período. Estamos atravessando a pandemia sem nenhum problema de abastecimento. Além disso, garantimos o escoamento de uma safra recorde de 252 milhões de toneladas.”

Ministro Tarcísio Freitas, Minfra

grandes vitórias deste período. Estamos atravessando a pandemia sem nenhum problema de abastecimento. Além disso, garantimos o escoamento de uma safra recorde de 252 milhões de toneladas”, afirmou o Ministro.

Joisa Dutra, da FGV, lembra que as obras de infraestrutura não constituem um fim em si mesmo, mas um meio de propiciar um crescimento inclusivo — permitindo o acesso adequado da população a água, luz, transportes e telecomunicações, entre outros — e agregando competitividade econômica. “Infraestrutura é um investimento com grande grau de especificidade, caro e com longo prazo de maturação. Precisa de adequada alocação de risco, que hoje é alto em todos os lugares do planeta. Neste mundo de insuficiência de recursos, para onde o dinheiro irá? Em um cenário de incertezas, em que o Brasil está com a imagem tão abalada pela questão ambiental e outras, será que ele virá para cá?”, questiona.



INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

De acordo com Freitas, o programa de concessões se baseia em quatro pilares para atrair investidores estrangeiros: diversidade dos projetos, ativos de qualidade (como o porto de Santos, a Via Dutra e os aeroportos Santos Dumont e de Viracopos), sofisticação da estruturação dos projetos (com mais mecanismos de proteção financeira e cambial, por exemplo) e farta oferta de crédito, por meio do BNDES, além de juros baixos e taxas de retorno altamente atraentes, de até 12% reais.

O Ministro se mostra otimista com as perspectivas da privatização no setor de infraestrutura. “Quem vai deixar de participar da licitação do porto de Santos, o maior do Hemisfério Sul, ou do novo contrato de concessão da Via Dutra, que agora vai agregar a Rio-Santos?”, pergunta, para exemplificar o alto interesse que os certames devem atrair.

Alexandre Tostes não acredita que haja temor das empresas nacionais em relação à atração de investidores estrangeiros, mas faz uma ressalva. “Concorrência é saudável, gera a constante busca por eficiência e redução de custos

sem perda de qualidade. As construtoras brasileiras são reconhecidas mundialmente. Competimos com empresas estrangeiras nos mercados fora do Brasil há muito tempo. O que não se pode é atrair players estrangeiros com condições para participar de uma concorrência, seja pública, seja privada, em condições melhores que os nacionais.”

O dirigente do Sinicon reivindica também a conclusão das discussões de aperfeiçoamento da legislação de contratações públicas e de concessões, para trazer mais segurança jurídica aos investidores. “A mudança de papel do BNDES também exige medidas de fomento do mercado de capitais, que, apostamos, será a grande fonte de financiamento de obras de infraestrutura.”

Uma das áreas que deverão atrair mais investimentos nos próximos anos é a de saneamento, cujo novo marco legal, aprovado pelo Congresso, foi sancionado no dia 15 de julho. O texto abre espaço para maior atuação de empresas privadas. O Governo estima que o setor pode atrair investimentos de até R\$ 700 bilhões. Segundo Tarcísio Freitas, já existem projetos em estruturação no BNDES no valor total de R\$ 53 bilhões.

Para Joisa Dutra, o saneamento é prioridade “óbvia” a partir de agora — após a universalização do acesso à telefonia móvel, impulsionada pela privatização das teles, e do acesso à energia elétrica, por meio do programa Luz para Todos —, já que quase metade da população brasileira ainda não tem acesso à rede de esgoto.

A pesquisadora avalia, porém, que o marco do saneamento enfrentará “grandes desafios” para atrair volumes significativos de recursos. Ela estima que 40% dos investimentos necessários virão do setor privado, e 60%, do público. “O problema é que o Estado brasileiro provavelmente não terá condições de arcar com isso, o que deve resultar em falta de investimentos, de acesso ou de qualidade.”

Depois do saneamento, afirma Joisa, deverão vir as reformas dos setores elétrico e de gás natural, cujos novos marcos legais estão em discussão no Congresso. “Minha expectativa para um governo de orientação liberal como o atual é que crie condições para a entrada de capitais privados nesses três setores. Mas precisa ser num ritmo bem maior do que é observado hoje”, finaliza.



À ESPERA DE NOVOS INVESTIMENTOS

A atração de capital estrangeiro para obras de infraestrutura é justamente um sustentáculo da estratégia do Governo para o setor e para a recuperação da economia como um todo. Até o final de 2022, quando se encerra o atual mandato do presidente Jair Bolsonaro, o Governo prevê investimentos de R\$ 250 bilhões em projetos, por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), com a concessão de 42 aeroportos, 18 mil km de rodovias e 3 mil km de ferrovias e ainda a desestatização dos portos de Itajaí (SC), Santos e São Sebastião (SP) e do complexo portuário do Espírito Santo.

Atualmente, segundo o Ministro Tarcísio Freitas, existem 42 projetos de infraestrutura em análise pelo Tribunal

de Contas da União, que demandarão R\$ 75 bilhões em investimentos. Para este segundo semestre, o Ministério da Infraestrutura prevê entregar mais 33 obras e realizar 14 leilões (três de concessões e 11 de arrendamentos portuários), além de renovar duas concessões de rodovias.

A prioridade serão os projetos com maior retorno social e geração de empregos, afirmou o titular da pasta. Entre as entregas previstas até dezembro, figuram obras nos aeroportos de Congonhas (na capital paulista), Manaus (AM), Santarém (PA) e Bonito (MS), a duplicação da rodovia BR-101 em quatro estados (Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Alagoas) e a construção de cinco portos de pequeno porte no Pará.

Além disso, o Governo pretende antecipar a renovação da concessão das

duas ferrovias da Vale – a Estrada de Ferro Carajás e a Estrada de Ferro Vitória-Minas –, cujas propostas estão em análise pelo TCU e devem ser aprovadas até o fim do ano. A ideia é utilizar esses recursos para viabilizar a conclusão da Transnordestina e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol). Esta última ligará a Ferrovia Norte-Sul no Tocantins ao porto de Ilhéus (BA), favorecendo o escoamento da produção agrícola e mineral do centro do País. No primeiro semestre, já foi renovada a concessão da Malha Paulista, o que deve gerar investimentos de R\$ 6 bilhões nas ferrovias de São Paulo, dobrando a capacidade do sistema rumo ao porto de Santos.

PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA PROPÕE A UNIFICAÇÃO DO PIS E DA COFINS

Cenário atual da economia exige respeito ao teto de gastos para criar ambiente favorável às mudanças na carga tributária, uma das mais altas do mundo.

Quanto tempo será necessário para que o Brasil volte a trilhar o rumo do crescimento depois da pandemia do coronavírus – e a que custo? Em meio às incertezas, dois pontos são consensuais: a expansão da atividade econômica vai depender do ritmo de evolução da pandemia e será preciso colocar um freio nos gastos públicos, que subiram de forma exponencial este ano. O reconhecimento da calamidade pública e a aprovação do Orçamento de Guerra permitiram à União elevar despesas, aumentar o endividamento e descumprir metas fiscais. O Governo deve assumir o compromisso de conter esses gastos a partir de 2021, respeitando o teto constitucional. Essa assertiva é baseada em dados oficiais. O Ministério da Economia estima um déficit primário nas contas do Governo de quase R\$ 800 bilhões este ano. Se confirmado, será o pior resultado da série histórica do Tesouro, iniciada em 1997. Os gastos adicionais para o combate à Covid-19 concentraram-se em duas frentes: nas ações de saúde e nas medidas para conter o desemprego e compensar a queda de arrecadação.

Para o economista José Márcio Camargo, Professor da PUC-Rio e interlocutor da equipe econômica do Governo, o respeito ao teto de gastos é condição fundamental para a retomada do crescimento em 2021. “Caso contrário, as taxas de juros deverão subir, porque a desconfiança em relação à sustentabilidade da economia vai aumentar. Haverá menos demanda pela dívida brasileira, gerando queda no preço dos títulos e aumento dos juros, que terá de ser acompanhado pelo Banco Central”, alerta.

Camargo afirma que a economia está reagindo melhor do que o esperado, com um cenário mais animador neste segundo semestre. Ele lembra que os programas de crédito do Governo demoraram a surtir efeito, o que só ocorreu a partir de junho/julho. E que a aprovação (e a prorrogação) do Benefício Emergencial serviu como suporte para manter a renda de uma parcela substancial da população. “O resultado foi que a economia recuou menos do que todo mundo acreditava no segundo trimestre. O fundo do poço foi em abril. A partir de maio, a reação foi melhor do que se previa. Mas é preciso saber como a pandemia vai evoluir”, lembra ele.

REFORMAS ESTRUTURAIS

A rota do crescimento passa ainda pelo combate ao desemprego e pelas reformas estruturais. O Brasil tem 76,8 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho e uma taxa de desemprego na faixa de 12%. Segundo a economista Juliana Inhasz, Coordenadora do curso de Graduação em Economia do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), além do ajuste fiscal, o Governo precisa colocar em prática as reformas tributária e administrativa para manter a casa em ordem. “De um lado, o Governo tem que mostrar que está atento às necessidades da população. Isso inclui as medidas de combate ao coronavírus tanto na área da saúde, quanto na preservação de empregos e renda. De outro, as reformas são essenciais para retomar a confiança dos investidores no Brasil e no exterior. Certamente, seria o começo de uma retomada de curto para médio prazo. E assim poderíamos trilhar um caminho positivo em 2021”, prevê Juliana, enfatizando que esse crescimento passa pela redução do ritmo de contágio da Covid-19 – no Brasil e nos parceiros comerciais.

A primeira fase da reforma tributária começou a ganhar corpo em julho. O Governo enviou ao Congresso projeto que simplifica parte do emaranhado de impostos e contribuições federais. A peça central é a unificação do PIS e da Cofins em um tributo sobre valor agregado, com o nome de CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços) e alíquota de 12%. Em outra ponta, a equipe econômica acena também com uma contribuição sobre pagamentos eletrônicos e vendas pela internet, bem como o fim das deduções de gastos com saúde e educação no Imposto de Renda.

Esse arranjo vai ao encontro de duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que tramitam no Congresso Nacional. A PEC 45 (na Câmara) e a PEC 101 (no Senado), porém, são bem mais amplas e também abrigam o ICMS, cobrado pelos estados, e o ISS, pelos municípios. O Governo quer discutir a proposta com estados e municípios para uma possível ampliação da reforma em outras etapas.

No entanto, já é consenso que as medidas propostas não vão aliviar o peso da carga tributária no Brasil, uma das mais altas do mundo. “Esse projeto é superimportante, mas ele não vai reduzir a carga tributária do conjunto da sociedade. A ideia é simplificar e racionalizar a estrutura dos impostos. Alguns setores vão pagar mais, outros menos. O principal objeti-



“As reformas são essenciais para retomar a confiança dos investidores no Brasil e no exterior. Certamente, seria o começo de uma retomada de curto para médio prazo. E poderíamos trilhar um caminho positivo em 2021.”

Juliana Inhasz, Insper



“A ideia é simplificar e racionalizar a estrutura dos impostos. Alguns setores vão pagar mais, outros menos. O principal objetivo da reforma é estimular a produtividade e a taxa de crescimento potencial da economia.”

José Marcio Camargo, PUC-Rio



vo da reforma é estimular a produtividade e a taxa de crescimento potencial da economia”, ressalta José Márcio Camargo.

O setor de serviços, por exemplo, sairá do regime cumulativo com alíquota de 3,65% para uma alíquota de 12%. O Governo, por sua vez, defende que as mudanças põem fim aos tributos diferenciados para vários setores, à cumulatividade de tributação e a mais de uma centena de regimes especiais. Dessa forma, seria possível obter ganhos de eficiência para a economia e um ambiente de negócios mais favorável no País.



INVESTIMENTOS PRIVADOS

O ambiente favorável pressupõe a volta da confiança e a retomada dos investimentos privados. Nesse quesito, um ponto crucial é a retomada do programa de concessões públicas e privati-

zações. A carteira de projetos que o Governo pretende transferir para a iniciativa privada soma 115 ativos. A expectativa era de que ao menos 64 fossem leiloados ainda neste ano. A carteira inclui a venda de seis estatais, o leilão do 5G, além de concessão de aeroportos, rodovias, ferrovias e parques nacionais.

A agenda do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) teve que ser revista em meio à pandemia da Covid-19, mas os projetos seguem, com foco na diversificação da carteira. O atraso pode trazer risco de depreciação dos ativos, considerando a recessão global. A privatização da Eletrobras é a prioridade nº 1, com expectativa de que o projeto de lei que permite a venda da empresa seja aprovado ainda este ano pelo Congresso Nacional, com leilão da companhia em 2021. Leilões de áreas em oferta permanente de óleo e gás deverão ocorrer no segundo semestre.

“O ideal é que as concessões possam recomeçar o quanto antes. Há muitos ativos públicos e serviços que precisam ser colocados nas mãos da iniciativa privada para gerar mais eficiência, trazendo mais recursos para o País. Eles vão ajudar a reduzir o gargalo nas contas públicas. Hoje existe um desperdício muito grande de fatores de produção, matérias-primas etc. Com a gestão da iniciativa privada, as pessoas vão receber coisas melhores, por preços melhores. Então, é uma forma de poupar recursos que podem ser utilizados para outros fins”, explica Juliana Inhasz, do Insper.

O setor de seguros tem muito a se beneficiar do programa de concessões e privatizações, ajudando a desonerar o setor público. “Os seguros serão importantes na questão das concessões, principalmente no novo Marco Regulatório do Saneamento, que vai gerar um enorme volume de investimentos privados”, conclui José Márcio Camargo.

UMA DISPUTA SEM FIM ENVOLVENDO A COBRANÇA DE PIS-COFINS

A reforma tributária não cuida apenas de simplificar e reordenar a cobrança de impostos e contribuições. O Governo pretende reduzir o volume de contenciosos relacionados às questões fiscais. Hoje são 71 mil processos na Receita Federal e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) envolvendo a cobrança de PIS-Cofins – o que representa 20% do total.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), essas duas contribuições respondem por um de cada quatro processos em que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional atua. No Supremo Tribunal Federal, 22 temas com repercussão geral travam mais de 10 mil processos nas instâncias inferiores.

A situação é complexa. No atual modelo, um mesmo produto está sujeito a diferentes regimes tributários, de acordo com sua origem e destinação. A quantidade de

normas envolvendo a legislação de PIS e Cofins acaba tornando o cumprimento das obrigações altamente custoso. Cada produto gera uma nova dúvida sobre a forma de incidência das duas contribuições, sobre a definição do que é insumo e que, portanto, pode ser deduzido no regime não cumulativo.

Caso a estrutura simplificada da reforma seja implementada dentro de seis meses após a criação da lei, o Governo vai iniciar a segunda etapa da proposta. O objetivo é apresentar uma revisão e modificação do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) em outro seletivo. Já a terceira etapa tem o intuito de alterar o Imposto de Renda para pessoas físicas e jurídicas. Por fim, espera-se um debate sobre a desoneração da folha de pagamento das empresas do setor de serviços, que se diz o mais prejudicado pelas propostas anteriores.



PRIMEIRA FASE

- Unificação de PIS e Cofins em uma única contribuição de valor agregado (CBS), com alíquota de 12%. Nesse modelo, bens e serviços terão alíquota majorada.
- O princípio da CBS é o mesmo do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), adotado em 160 países: não cumulativa. A cobrança ocorre no momento da venda do bem ou serviço. Caso esse item sirva de insumo para outra empresa, ele recebe créditos a serem abatidos do imposto cobrado na comercialização final.
- Haverá menos regimes diferenciados de apuração. Hoje, PIS e Cofins têm inúmeros regimes diferenciados, que tornam complexa a tributação.
- A CBS entra no lugar de cinco cobranças relacionadas aos dois impostos em questão: PIS/Pasep sobre a folha; PIS/Pasep sobre importação; PIS/Pasep sobre receitas; Cofins sobre importação e Cofins sobre receitas.
- Médicos não pagarão a nova contribuição sobre serviços prestados aos SUS.
- Haverá isenção da CBS sobre as receitas decorrentes do transporte coletivo.
- Zona Franca mantém benefícios similares aos do sistema de apuração PIS-Cofins.
- Não haverá mudança no Simples Nacional. Esse regime não será alcançado pelas regras da CBS, mas a sua contratação dará direito a crédito.

SEGUNDA FASE

- Revisão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Governo buscará simplificar o IPI, tornando-o um imposto seletivo sobre alguns bens.

TERCEIRA FASE

- Alteração do IR para pessoas físicas e jurídicas. Tributação da renda, buscando reduzir a carga de empresas. A ideia é introduzir a taxação de dividendos com uma maior equidade na tributação da pessoa física.

QUARTA FASE

- Desoneração da folha de pagamento para estimular a criação de empregos.

PRODUÇÃO DO CAMPO CRESCE EM MEIO À PANDEMIA E ESCORA RECUO DO PIB

Agricultura teve alta de 9,9% no primeiro quadrimestre, contra 5,6% da pecuária. Números promissores levam especialistas a projetar aumento no faturamento anual de outras culturas.

Nem tudo são números negativos nos tempos difíceis vividos pela economia brasileira, agravados pela pandemia da Covid-19. No agronegócio, os indicadores têm saldo favorável em várias frentes, na contramão dos revezes enfrentados pela indústria e pelo setor de serviços, atingidos em cheio pelo isolamento social e por outras medidas restritivas. O contraste cresceu à medida que aumentou o problema sanitário: no primeiro trimestre, o IBCGE mediu avanço de 1,9% da agropecuária, na comparação com seus resultados no mesmo período de 2019, e queda de 0,1% e 0,5% nos outros dois setores – descompasso que só fez aumentar com a difusão da pandemia.

Enquanto o mercado espera queda de 6,1% no Produto Interno Bruto (PIB) de toda a economia em 2020, segundo o Boletim Focus divulgado pelo Banco Central em julho, o PIB do agronegócio cresceu 3,8% no primeiro quadrimestre. Essa expansão, calculada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea)

da Esalq/USP, em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), foi puxada pela produção agropecuária (8,2%). O resultado foi positivo também nas outras três frentes do setor: agrosserviços tiveram alta de 4%; insumos, 1%; e agroindústria, 0,4%, por ser mais afetada pelas medidas restritivas contra o vírus.

Na produção, a alta mais significativa no primeiro quadrimestre (9,9%) foi registrada na agricultura, ao passo que a da pecuária evoluiu 5,6%. Com base nos números promissores até abril, o Cepea projeta expansão do faturamento anual para as culturas de arroz, cacau, café, cana-de-açúcar, mandioca, milho, soja e trigo. Também com base na produção pecuária do período, a previsão do Centro da Esalq/USP para 2020 é de acréscimo de 38,1% no faturamento da suinocultura e de 12,9% na criação de boi gordo – nos dois casos, resultante do aumento da produção e dos preços em relação ao do mesmo período de 2019.

A produção do setor não sofreu abalos porque o coronavírus chegou ao Brasil quando a colheita es-

tava em curso, explica o Assessor Técnico da CNA Paulo André Camuri. “Os impactos iniciais foram relativos às dificuldades de transporte e à comercialização em si, principalmente na segunda quinzena de março e início de abril, até que a atividade agropecuária e sua distribuição pelo País fossem oficialmente reconhecidas como essenciais”, afirma. Os segmentos atingidos pelas medidas restritivas contra a Covid-19 foram os de hortifruti, leite e carne, devido ao fechamento principalmente do food service e à retração do consumo das famílias. No front externo, aponta Paulo André, as exportações do agronegócio sofreram os efeitos da pandemia principalmente em janeiro e fevereiro, quando a China, o mais importante parceiro comercial do Brasil, estava às voltas com a fase mais crítica de expansão local da Covid-19. A situação começou a ser revertida em março, assinala ele, lembrando que nesse mês o fluxo de vendas externas do agronegócio retornou ao terreno positivo, fechando o primeiro semestre em alta, na comparação com



os primeiros seis meses de 2010. Somente as exportações para a China aumentaram 30,3%.



EXPORTAÇÕES RECORDES

As exportações do agronegócio bateram em junho o recorde da série histórica 1997-2020, ultrapassando pela primeira vez os US\$ 10 bilhões, com acréscimo de 24,5% sobre o mesmo mês do ano passado. Segundo o Boletim da Balança do Agronegócio, da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a soja manteve-se à frente das vendas, respondendo por US\$ 5,4 bilhões – 53,4% a mais do que em junho de 2019. Com dianteira folgada sobre o farelo, a oleaginosa em grão rendeu US\$ 4,7 bilhões, tendo somado 13,8 milhões de toneladas – 5,2 milhões a mais do que no mesmo mês do ano anterior.

O segmento sucroalcooleiro também produziu cifras positivas, com percentuais de alta surpre-

ndentes em face das adversidades da economia mundial. As exportações brasileiras de açúcar, favorecidas pela quebra da safra de cana na Índia

As exportações do agronegócio bateram em junho o recorde da série histórica 1997-2020, ultrapassando pela primeira vez os US\$ 10 bilhões, com acréscimo de 24,5% sobre o mesmo mês do ano passado.

e na Tailândia, ganharam terreno em vários países e totalizaram US\$ 810,80 milhões em junho, um aumento de 80,4% em relação ao mesmo mês de 2019. Computadas também as vendas de etanol, que subiram de US\$ 85,83 milhões para US\$ 122,71 milhões, o segmento acumulou exportações de US\$ 935,37 milhões, superiores em 74,5% às observadas em junho do ano passado.

O avanço externo do agronegócio reafirmou a importância decisiva da parceria comercial com a China. Além de comprar 70% da soja em grão em junho, os chineses ficaram com mais da metade das exportações brasileiras de carne bovina e suína, que somaram US\$ 742,6 milhões e US\$ 196,9 milhões. A carne de frango também teve o país asiático como principal destinatário, com 23,7% das vendas. No total, a comercialização externa de carnes foi de US\$ 1,41 bilhão – um aumento de 4,5% sobre o valor de junho de 2019. Comparado o desempenho entre o ano atual e o passado, o peso do agronegócio nas exportações brasileiras passou de 44,4% para 56,8%.



“Os preços internos, nos últimos 12 meses, se elevaram em um patamar significativo, variando de 50% a 70% nos principais estados produtores, o que aumenta a expectativa de rentabilidade e contribui para o cultivo da oleaginosa.”

Allan Silveira dos Santos, Conab



“A tendência é de que, considerando os preços e a rentabilidade das principais culturas observadas no agronegócio brasileiro, haja um novo aumento de área plantada e de produção de grãos em geral.”

Cleverton de Santana, Conab



“Além do dinamismo próprio do setor e do aumento da safra de grãos, que deve ter incremento de 27% na safra atual, a retomada da economia brasileira tende a impulsionar ainda mais o crescimento do agronegócio.”

Paulo André Camuri, CNA



SAFRA HISTÓRICA

No caso do cultivo de grãos, os números do Cefea vão ao encontro das projeções da safra 2019/2020 feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que espera o recorde de 251,4 milhões de toneladas no fechamento da colheita. Os principais responsáveis pelo resultado são a soja e o milho, que somam 88% da produção. Apesar dos problemas climáticos ocorridos no Rio Grande do Sul e outros estados da região, a oleaginosa deverá ter 120,9 milhões de toneladas colhidas e o milho, mais de 100 milhões. Os volumes serão os maiores produzidos numa safra anual na história das duas culturas no País. Os bons resultados estão sendo obtidos porque

as imprevisibilidades do clima foram compensadas pelo aumento da produtividade média da soja e pela ampliação da área plantada para a oleaginosa e o milho, incentivada pelas condições favoráveis de preço. Com a subida da cotação do dólar perante o real, os dois produtos ganharam mais competitividade no mercado internacional, liderando a contribuição do agronegócio para o saldo positivo de US\$ 23 bilhões na balança comercial até junho. No primeiro semestre, segundo o Ministério da Economia, o volume exportado de soja cresceu 41,5% na comparação com o registrado no mesmo período de 2019.

“O Brasil aumentou a área plantada das principais culturas”, assinala o Superintendente de Informações do Agronegócio da Conab, Cleverton

de Santana. “A soja teve um incremento de um milhão de hectares em áreas de pastagens e na renovação de cana-de-açúcar, tomando lugar de culturas menos rentáveis. O milho teve ganho de 947 mil hectares, dos quais 813 mil hectares foram plantados na segunda safra, na mesma área em que havia sido cultivada a soja”. Ele acrescenta que, no caso desse produto, houve ganho médio de 2% na produtividade. “Se não houvesse perdas no Rio Grande do Sul, a produtividade média do Brasil teria tido um incremento de 11%”, diz.

O estímulo da alta do dólar para o crescimento da lavoura de soja é destacado pelo Superintendente de Gestão da Oferta da Conab, Allan Silveira dos Santos. Na Bolsa de Chicago, ele observa, os valores internacionais do produto se mantêm estáveis,



com a tonelada vendida a US\$ 19,7 no começo de julho – apenas 0,5% acima da cotação praticada um ano antes. Mas, salienta Santos: “os preços internos, nos últimos 12 meses, se elevaram em um patamar significativo, variando de 50% a 70% nos principais estados produtores, o que aumenta a expectativa de rentabilidade e contribui para o cultivo da oleaginosa.”



POSTOS DE TRABALHO

A geração de postos de trabalho reflete o bom desempenho do agronegócio. Com 15.933 empregos novos em maio e saldo positivo de 25.430 vagas nos primeiros cinco meses de 2020, o setor econômico é o único com resultados positivos no ano, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Em contraste com os números alcançados, que incluem contratações na produção florestal, pesca e aquicultura, a economia brasileira extinguiu

1.144.875 empregos de janeiro a maio, mês em que foram fechadas 331.901 vagas.

A curva ascendente do emprego no agronegócio ao longo dos cinco meses iniciais de 2020 ficou, no entanto, aquém da alta no mesmo período de 2017 e 2019, em que o acréscimo de vagas foi de 73.040 e 68.160, segundo o Caged. O aumento de postos de trabalho em maio, por exemplo, foi o menor registrado no mês durante os últimos cinco anos. Mas, diante da queda generalizada da atividade em toda a economia, o resultado favorável do emprego no setor demonstra a sua resiliência, expressa na colheita da maior safra de grãos da história, na segurança do abastecimento nacional e na garantia da oferta brasileira de gêneros no mercado global.

Os números promissores do agronegócio apontam para a continuidade da curva de alta nos próximos anos. Para a safra 2020/2021, a Conab aposta em novo recorde, devendo divulgar projeções em agosto. “A tendência é de que, considerando os preços e a rentabilidade das principais culturas

observadas no agronegócio brasileiro, haja um novo aumento de área plantada e de produção de grãos em geral”, afirma Cleverton de Santana, acrescentando que o cenário de preços internos ainda está favorável para culturas como milho, soja e trigo, embora a situação não seja alvissareira para o algodão, em virtude da queda de rentabilidade nas últimas safras.

A CNA também é otimista quanto ao futuro. “As perspectivas são muito positivas para os próximos anos. Além do dinamismo próprio do setor e do aumento da safra de grãos, que deve alcançar 318 milhões de toneladas em 2030, com incremento de 27% na safra atual, a retomada da economia brasileira tende a impulsionar ainda mais o crescimento do agronegócio”, acredita Paulo André Camuri. A se confirmar a expectativa de expansão de 3,5% do PIB em 2021, ele completa, o início da recomposição da renda e do consumo das famílias brasileiras e a demanda internacional pelos produtos agropecuários do país devem garantir o avanço do setor.

USO CRESCENTE DA TECNOLOGIA ABRE ESPAÇO PARA AUMENTO DE CRIMES VIRTUAIS

A evolução do mundo digital, a pandemia da Covid-19 e a lei de proteção de dados devem impulsionar o crescimento do seguro que protege contra ciber ataques.

A pandemia do novo coronavírus, que impulsionou o *home office*, aliada à evolução cada vez mais acelerada do mundo digital e à entrada em vigor da nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) são fatores que, definitivamente, vão promover um crescimento acelerado do seguro de riscos cibernéticos no Brasil nos próximos anos, segundo avaliação de Flávio Sá, coordenador da Subcomissão de Linhas Financeiras da FenSeg. O seguro foi criado em 2012 e é oferecido por oito seguradoras estrangeiras.

Dados da Susep mostram a tendência de crescimento desse seguro. No ano passado, o volume de prêmios da carteira totalizou R\$ 21 milhões. De janeiro a maio deste ano, já somou R\$ 14 milhões, contra R\$ 9 milhões do mesmo período de 2019. “No Brasil, de forma geral, existe uma falta de cultura de seguro, e não é diferente na carteira de riscos cibernéticos. Mas essa mentalidade vem mudando, pressionada por fatores externos e também pelo aumento dos crimes virtuais praticados nos últimos anos e que atingiram fortemente empresas de várias áreas de atuação”, explicou.



Essa mentalidade vem mudando, pressionada por fatores externos e pelo aumento dos crimes virtuais praticados nos últimos anos e que atingiram empresas de várias áreas de atuação.”

Flávio Sá, FenSeg

Segundo Flávio Sá, as estatísticas mostram que, na maioria dos casos de ataques cibernéticos, a empresa envolvida acaba pagando o resgate por medo de ver seus dados compartilhados com terceiros. Ele acrescentou que, devido à sua natureza dinâmica, essa modalidade de seguro está sempre sujeita a alterações em suas regras de subscrição.



INTERNET DAS COISAS

Para Alex Aguiar, sócio de Cibersegurança da Ernst Young, empresa que há cerca de cinco anos vem acompanhando de perto a evolução dos crimes cibernéticos no mundo, a quantidade de objetos inteligentes interconectados deve chegar a 50 bilhões no final de 2020, e eles não podem ser considerados necessariamente seguros.

“O fato é que nossas vidas, pessoal e profissional, estão cada vez mais conectadas, e a internet das coisas vem acelerando esse processo e abrindo espaço cada vez maior para os crimes virtuais. Hoje, bancos e seguradoras, por exemplo, estão se tornando empresas tecnológicas, prestando serviços nas suas áreas de atuação através de plataformas eletrônicas e aplicativos”, ressaltou Aguiar.

Dados da edição de março do Global Information Security Survey (GISS) da EY, que ouviu cerca de 1,3 mil profissionais do setor de Segurança da Informação em todo o mundo, mostram que, apesar do crescente número de ataques cibernéticos, apenas um terço das organizações tem ações de segurança para essa área em desenvolvimento ou planejamento.

O levantamento destacou que cerca de 60% das empresas enfrentaram um número crescente de ataques nos últimos 12 meses. Além disso, nesse período, os ativistas foram responsáveis por 21% dos ataques cibernéticos bem-sucedidos, ficando atrás somente dos grupos de crime organizado (23%), em comparação com o estudo do ano passado.

Para o executivo da EY, o ideal seria que a segurança cibernética, em geral ligada diretamente

à área de Compliance, fosse incorporada a todas as iniciativas de negócios que envolvam qualquer nível de tecnologia. “A pesquisa mostrou que somente 36% das novas ações voltadas para o uso da tecnologia dentro das companhias envolvem a equipe de segurança desde o início do processo”, informou.

Alex Aguiar lembra que é preciso criar uma cultura de segurança cibernética nas organizações, como forma de antecipação às ameaças – e isso só pode ser feito por meio da comunicação efetiva entre o departamento de TI e as demais áreas de negócios das empresas, inclusive com o envolvimento do head de tecnologia.

“Essa postura vai ao encontro do Relatório de Riscos Globais do Fórum Econômico Mundial de 2020, que destacou mais uma vez a segurança cibernética e o roubo de dados como dois dos

maiores riscos globais, juntamente com a crise hídrica e o aquecimento global”, ressaltou.



PROTEÇÃO DE DADOS

A Vice-Presidente da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados da OAB-RJ, Samara Castro, destacou que o aumento dos crimes cibernéticos é um movimento natural, na medida em que as pessoas migram para o mundo digital sem se preocupar com a segurança e a proteção de dados através de atos simples, como uso de senha robusta, adoção de um gerenciador de senhas, atualização de aplicativos e até mesmo dar preferência ao uso de cartões virtuais nas compras em sites de e-commerce.

A advogada reforça a tese de que não existe cultura de seguro contra mitigação de riscos no País. Os crimes mais comuns nessa área são o Ransomware, um tipo de malware que impede os usuários de acessar seu sistema ou arquivos pessoais e exige o pagamento do resgate (ransom) para recuperar o acesso; o phishing, prática que tem por objetivo “pescar” informações e dados pessoais importantes através de mensagens falsas enviadas por e-mail e o DNS Cache Poisoning, que ocorre quando um servidor de internet é afetado por um código malicioso, que rouba dados, informações pessoais e senha.

No contexto jurídico, Samara Castro destaca que, apesar de não abordar diretamente o crime virtual, a Constituição garante o direito à privacidade. Em 2012, foi sancionada a Lei Carolina Dieckmann (Lei nº 12.737), que tipificou os chamados delitos ou crimes virtuais. Na sequência, vieram o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que regula o uso da internet no Brasil por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede; e, mais recentemente, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), prestes a entrar em vigor.

“A LGPD é baseada na Legislação da União Europeia e dispõe sobre o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade”, informa a advogada.



“O fato é que nossas vidas, pessoal e profissional, estão cada vez mais conectadas, e a internet das coisas vem acelerando esse processo e abrindo espaço cada vez maior para os crimes virtuais.”

Alex Aguiar, Ernst Young



“A LGPD dispõe sobre o tratamento adequado de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade.”

Samara Castro, OAB/RJ



OS INOVADORES - UMA BIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO DIGITAL

Opinião | Bernardete Weber

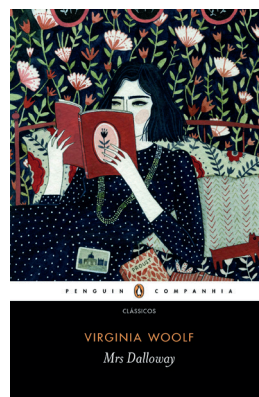
Superintendente de Responsabilidade Social do HCor

Esta é uma leitura muito estimulante, uma viagem histórica do desenvolvimento da tecnologia, para chegarmos à era da conectividade em que nos encontramos hoje. Um livro atemporal, útil neste momento de pandemia, em que estão em xeque as políticas, as estratégias e a gestão da saúde global, com exposição de todas as fraturas da saúde brasileira. Oferece pistas importantes para o líder utilizar os caminhos bem-sucedidos da inovação na busca de meios conectados para as intervenções e mudanças que a saúde requer. O processo das grandes inovações foi uma construção com elementos semelhantes em todos os ciclos, é um processo, tem fases, e seu curso e velocidade dependem de cooperação entre ideias. “Em outras palavras, o futuro talvez pertença às pessoas mais capazes de trabalhar em parcerias e colaboração”.

///Sinopse

Os Inovadores é uma viagem desde o início da ciência da computação até os dias de hoje e acaba fazendo um balanço do que aconteceu nesta simbiose entre máquinas e humanos. Walter Isaacson construiu uma empolgante narrativa, que retrata os inovadores, fundamentais na criação dos primeiros computadores e depois sistemas maiores, como a internet, bolando máquinas em suas garagens minúsculas, pensadores excêntricos às voltas com grandes questões existenciais, batalhas épicas entre empresas e uma grande dose de bits, chips e fios de cobre.

Autor: Walter Isaacson
Editora: Companhia das Letras
1ª Edição – 2014



MRS. DALLOWAY, UM CLÁSSICO QUE ABORDA ASSUNTOS ATUAIS

Opinião | Bebel Niemeyer

Neste longo tempo de pandemia, o grande desafio para os que conseguiram ficar com o “corpore sano” foi descobrir, também, como manter a “mens sana”. Fui convidada a fazer parte de uma aula de literatura online, o que se tornou uma das melhores experiências da minha vida. Grupo maravilhoso, começamos uma viagem pelos clássicos da literatura mundial. Foram quatro meses lendo ou relendo livros escritos pelos grandes mestres. Grandiosos dentro do esperado. Até eu ser apresentada a Mrs. Dalloway, senhora da alta classe média londrina, do início do século XX, figura sem beleza nem encanto e com vida completamente ordinária, no sentido comum da palavra. Protagonista do livro homônimo, ela rompeu os padrões literários de então ao ser a narradora de sua própria história, passada, objetivamente, em um dia comum do verão inglês. Ela também inovou ao incluir, em seu itinerário, a subjetividade de seus pensamentos que vão vindo à tona, estimulados por cenas da vida cotidiana – um interrompendo o outro o tempo todo. Fluxo de consciência, turbilhão de sentimentos guardados ao longo da vida e entregues ao leitor como um presente dos deuses da pena, emoção em sua forma mais cristalina!

///Sinopse

Pioneiro na exploração do inconsciente humano por meio do fluxo de consciência, Mrs. Dalloway se consagrou tanto pelo experimentalismo linguístico quanto pelo retrato preciso das transformações da Inglaterra do período entre guerras. Misto de romance psicológico com ensaio filosófico, esse livro resiste a classificações simplistas e inaugura um gênero por si só. Precursor de algumas das maiores obras literárias do século XX, este romance é uma leitura incontornável que todo mundo deve fazer ao menos uma vez na vida.

Autora: Virgínia Woolf
Editora: Penguin Companhia
1ª Edição – 2017 (reeditado – lançado originalmente em 1925)



Rádio CNseg

radio.cnseg.org.br


Rádio CNseg agora em formato de *podcast*

A Rádio CNseg, que desde sua inauguração, em outubro de 2016, já produziu mais de 1.600 programas e mais de 80 horas de conteúdo informativo relacionado ao mercado segurador, adotou o formato de *podcast* em seus programas, tornando a mensagem do seguro ainda mais acessível ao grande público.

Alinhados às novas tendências de comunicação digital, os programas da Rádio CNseg em *podcast* poderão ser acompanhados por meio do agregador de conteúdo preferido de cada um (Spotify, Deezer, Apple Podcasts, Google Podcast ou Castbox) ou pelo site da própria Rádio (radio.cnseg.org.br), podendo ser baixados para serem acompanhados no momento mais conveniente.

Visite hoje mesmo o site da Rádio CNseg para conhecer mais sobre o setor segurador, seus produtos e serviços, que levam proteção e tranquilidade a milhões de brasileiros.





DIMENSÃO ECONÔMICA DO **SEGURO** É TRANSVERSAL

O setor de seguros tem importância econômica que compreende uma longa cadeia de valor: **pesquisa, desenvolvimento e oferta de produtos, distribuição, indenizações, prestação dos mais diversos serviços, investimentos e formação de poupanças.**

A proteção dos seguros, dos planos de previdência aberta, da saúde privada e dos títulos de capitalização desonera gerações futuras e transfere, para o setor segurador, riscos e despesas, que de outra forma, seriam suportados pelos governos ou repartidos pela sociedade através de mais impostos.

É por essa razão que a **CNseg** chamou para si a missão de reunir e divulgar amplamente dados e análises sobre a dimensão do seguro acessíveis a todos, sejam indivíduos e famílias, sejam empresas ou agentes públicos.

Conheça, examine e use: **www.cnseg.org.br**



CNseg

Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida,
Saúde Suplementar e Capitalização